

ITABORAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Professor Docente II - Ensino Fundamental I
(1º ao 5º ano)

SL-114MR-20
CÓD: 7891122030418

EDITAL Nº 001/2020

Língua Portuguesa

Interpretação de textos.	01
Ortografia.	17
Vocabulário: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Denotação e conotação.	19
Classes de palavras. Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais.	21
Concordância nominal e verbal.	37
Regência nominal e verbal.	40
Estrutura do período simples e do período composto. Funções sintáticas.	42
Interpretação de Texto. Ortografia. Vocabulário em relação ao contexto. Denotação e conotação. Classes de palavras e suas funções no texto. Verbos (conjugação, emprego dos tempos verbais, modos e vozes e suas implicações para organização do texto). Concordância nominal e verbal e sua relação com as variedades lingüísticas. Regência nominal de verbal, em conformidade com a variedade padrão da língua, em situações de uso. Estrutura dos períodos simples e composto.	49

Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Itaboraí

Lei nº 502, de 04 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Itaboraí. Lei n.º 1.392, de 03 de julho de 1996, que dá nova redação à Lei Municipal n.º 502, de 04 de dezembro de 1979. 01

História do Município de Itaboraí

A cidade. História.	01
Prédios Históricos.	05
Região Metropolitana.	10

Fundamentos da Educação

Educação, sociedade e cultura.	01
Os Pilares da educação: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver e Aprender a ser;	08
Psicologia da Educação: Teorias da aprendizagem. Contribuições de Piaget e Vygotsky à Educação;	09
Currículo: concepções, elaboração, prática, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade	26
Políticas públicas: Políticas Públicas Inclusivas de educação.	32
Educação e cultura afro-brasileira.	37
Protagonismo infanto-juvenil.	38
Diversidade e Sexualidade.	42
O Jovem e o mundo do trabalho.	51
Tecnologias na educação.	51
Bullying;	57
Cotidiano escolar: Integração docente e discente.	60
Modalidades de gestão.	64
Conselho de classe, reuniões pedagógicas, formação continuada, planejamento, acompanhamento e avaliação.	70
Projeto político-pedagógico.	80
Lei nº 9.394/96. Lei nº 12.796/2013 (que altera a Lei nº 9.394/96).	86
Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014.	106
Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 (ECA): Artigos 1º a 24 e 53 a 69; Parte Especial: Título I; Título II; Título III; Título V – artigos 131 a 140.	122
Constituição Federal/88 – artigos 206 a 214. Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, publicada em 20/12/2006.	139
Lei nº 11.494, de 20/6/2007, publicada em 21/6/2007.	141
Lei nº 11.645 de 10/03/2008.	152
Lei Orgânica do Município de Itaboraí.	153
Legislação para inclusão de pessoa com deficiência Lei n.º 13.146 de 06/07/2015.	182
Base Nacional Comum Curricular	200

Conhecimentos Específicos

Professor Docente II - Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)

Jogos, brincadeiras e psicomotricidade.	01
A arte na escola: desenho, teatro, música, pintura.	05
Rotina e gestão em sala de aula: Questões das relações do grupo.	27
Relação família x escola.	31
Ação pedagógica.	34
Objetivos do ensino fundamental.	46
Brincar e aprender.	52
Aprendendo a aprender.	68
Identificação da população a ser atendida, a atividade econômica, o estilo de vida, a cultura e as tradições	69
Interação social. Resolução de problemas.	69
Organização do currículo.	69
Língua Portuguesa: Letramento e alfabetização, processo de aprendizagem da leitura e da escrita.	82
Trabalho com textos de literatura infantil.	87
Funções dos termos nos textos. Gêneros textuais e seus comunicativos. Tipologia textual e sua predominância com gêneros específicos.	88
Matemática: a construção dos conceitos matemáticos. Sistema de numeração em diferentes bases. Resolução de problemas envolvendo as quatro operações.	88
Ciências: água, ar e solo.	107
Transformações dos materiais na natureza.	120
Seres vivos. Suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar.	121
Corpo humano: higiene, alimentação, estrutura, funções, reprodução e sexualidade.	131
Meio ambiente. Impactos ambientais. Manejo e conservação.	143
Lixo. Poluição. Experiências.	148
História e Geografia: Brasil: aspectos sociais e políticos.	155
Desigualdades regionais no Brasil de hoje.	156
Município de Itaboraí: aspectos históricos, geográficos e econômicos	157
Espaço e tempo: localização, organização, representação.	157

Como passar em um concurso público?

Todos nós sabemos que é um grande desafio ser aprovado em concurso público, dessa maneira é muito importante o concurseiro estar focado e determinado em seus estudos e na sua preparação.

É verdade que não existe uma fórmula mágica ou uma regra de como estudar para concursos públicos, é importante cada pessoa encontrar a melhor maneira para estar otimizando sua preparação.

Algumas dicas podem sempre ajudar a elevar o nível dos estudos, criando uma motivação para estudar. Pensando nisso, a Solução preparou esse artigo com algumas dicas que irá fazer toda diferença na sua preparação.

Então mãos à obra!

Separamos algumas dicas para lhe ajudar a passar em concurso público!

- **Esteja focado em seu objetivo:** É de extrema importância você estar focado em seu objetivo, a aprovação no concurso. Você vai ter que colocar em sua mente que sua prioridade é dedicar-se para a realização de seu sonho.

- **Não saia atirando para todos os lados:** Procure dar atenção em um concurso de cada vez, a dificuldade é muito maior quando você tenta focar em vários certames, devido as matérias das diversas áreas serem diferentes. Desta forma, é importante que você defina uma área se especializando nela. Se for possível realize todos os concursos que saírem que englobe a mesma área.

- **Defina um local, dias e horários para estudar:** Uma maneira de organizar seus estudos é transformando isso em um hábito, determinado um local, os horários e dias específicos para estar estudando cada disciplina que irá compor o concurso. O local de estudo não pode ter uma distração com interrupções constantes, é preciso ter concentração total.

- **Organização:** Como dissemos anteriormente, é preciso evitar qualquer distração, suas horas de estudos são inegociáveis, precisa de dedicação. É praticamente impossível passar em um concurso público se você não for uma pessoa organizada, é importante ter uma planilha contendo sua rotina diária de atividades definindo o melhor horário de estudo.

- **Método de estudo:** Um grande aliado para facilitar seus estudos, são os resumos. Isso irá te ajudar na hora da revisão sobre o assunto estudado, é fundamental que você inicie seus estudos antes mesmo de sair o edital, caso o mesmo ainda não esteja publicado, busque editais de concursos anteriores. Busque refazer a provas dos concursos anteriores, isso irá te ajudar na preparação.

- **Invista nos materiais:** É essencial que você tenha um bom material voltado para concursos públicos, completo e atualizado. Esses materiais devem trazer toda a teoria do edital de uma forma didática e esquematizada, contendo muito exercícios. Quando mais exercícios você realizar, melhor será sua preparação para realizar a prova do certame.

- **Cuide de sua preparação:** Não é só os estudos que é importante na sua preparação, evite perder sono, isso te deixará com uma menor energia e um cérebro cansado. É preciso que você tenha uma boa noite de sono. Outro fator importante na sua preparação, é tirar ao menos 1 (um) dia na semana para descanso e lazer, renovando as energias e evitando o estresse.

Se prepare para o concurso público!

O concurseiro preparado não é aquele que passa o dia todo estudando, mas está com a cabeça nas nuvens, e sim aquele que se planeja pesquisando sobre o concurso de interesse, conferindo editais e provas anteriores, participando de grupos com enquetes sobre o mesmo, conversando com pessoas que já foram aprovadas absorvendo as dicas e experiências, analisando a banca examinadora do certame.

O Plano de Estudos é essencial na otimização dos estudos, ele deve ser simples, com fácil compreensão e personalizado com sua rotina, vai ser seu triunfo para aprovação, sendo responsável pelo seu crescimento contínuo.

Além do plano de estudos, é importante ter um Plano de Revisão, será ele que irá te ajudar na memorização dos conteúdos estudados até o dia da realização da prova, evitando a correria para fazer uma revisão de última hora próximo ao dia da prova.

Está em dúvida por qual matéria começar a estudar?! Uma dica, comece pela Língua Portuguesa, é a matéria com maior requisito nos concursos, a base para uma boa interpretação, no qual abrange todas as outras matérias.

Vida Social!

Sabemos que faz parte algumas abdições na vida de quem estuda para concursos públicos, sempre que possível é importante conciliar os estudos com os momentos de lazer e bem-estar. A vida de concurseiro é temporária, quem determina o tempo é você, através da sua dedicação e empenho. Você terá que fazer um esforço para deixar de lado um pouco a vida social intensa, é importante compreender que quando for aprovado, verá que todo o esforço valeu a pena para realização do seu sonho.

Uma boa dica, é fazer exercícios físicos, uma simples corrida por exemplo é capaz de melhorar o funcionamento do Sistema Nervoso Central, um dos fatores que são chaves para produção de neurônios nas regiões associadas à aprendizagem e memória.

Motivação!

A motivação é a chave do sucesso na vida dos concurseiros. Compreendemos que nem sempre é fácil, e as vezes bate aquele desânimo com vários fatores ao nosso redor. Porém a maior garra será focar na sua aprovação no concurso público dos seus sonhos.

É absolutamente normal caso você não seja aprovado de primeira, é primordial que você PERSISTA, com o tempo você irá adquirir conhecimento e experiência.

Então é preciso se motivar diariamente para seguir a busca da aprovação, algumas orientações importantes para conseguir motivação:

- Procure ler frases motivacionais, são ótimas para lembrar dos seus propósitos;
- Leia sempre os depoimentos dos candidatos aprovados nos concursos públicos;
- Procure estar sempre entrando em contato com os aprovados;
- Escreva o porque que você deseja ser aprovado no concurso, quando você sabe seus motivos, isso te dá um ânimo maior para seguir focado, tornando o processo mais prazeroso;
- Saiba o que realmente te impulsiona, o que te motiva. Dessa maneira será mais fácil vencer as adversidades que irá aparecer.
- Procure imaginar você exercendo a função da vaga pleiteada, sentir a emoção da aprovação e ver as pessoas que você gosta, felizes com seu sucesso.

Como dissemos no começo, não existe uma fórmula mágica, um método infalível. O que realmente existe é a sua garra, sua dedicação e motivação para estar realizando o seu grande sonho, de ser aprovado no concurso público. Acredite em você e no seu potencial.

A Solução tem ajudado há mais de 35 anos quem quer vencer a batalha do concurso público. Se você quer aumentar as suas chances de passar, conheça os nossos materiais, acessando o nosso site: www.apostilasolucao.com.br

Interpretação de textos.	01
Ortografia.	17
Vocabulário: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Denotação e conotação.	19
Classes de palavras. Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais.	21
Concordância nominal e verbal.	37
Regência nominal e verbal.	40
Estrutura do período simples e do período composto. Funções sintáticas.	42
Interpretação de Texto. Ortografia. Vocabulário em relação ao contexto. Denotação e conotação. Classes de palavras e suas funções no texto. Verbos (conjugação, emprego dos tempos verbais, modos e vozes e suas implicações para organização do texto). Concordância nominal e verbal e sua relação com as variedades lingüísticas. Regência nominal de verbal, em conformidade com a variedade padrão da língua, em situações de uso. Estrutura dos períodos simples e composto.	49

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.

Leitura

A leitura é prática de interação social de linguagem. A leitura, como prática social, exige um leitor crítico que seja capaz de mobilizar seus conhecimentos prévios, quer linguísticos e textuais, quer de mundo, para preencher os vazios do texto, construindo novos significados. Esse leitor parte do já sabido/conhecido, mas, superando esse limite, incorpora, de forma reflexiva, novos significados a seu universo de conhecimento para melhor entender a realidade em que vive.

Compreensão

A compreensão de um texto é a análise e decodificação do que está realmente escrito nele, das frases e ideias ali presentes. A compreensão de texto significa decodificá-lo para entender o que foi dito. É a análise objetiva e a assimilação das palavras e ideias presentes no texto.

Para ler e entender um texto é necessário obter dois níveis de leitura: informativa e de reconhecimento.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seléticas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação/desenvolvimento e a conclusão do texto.

Quando se diz que uma pessoa tem a compreensão de algo, significa que é dotada do perfeito domínio intelectual sobre o assunto.

Para que haja a compreensão de algo, como um texto, por exemplo, é necessária a sua interpretação. Para isso, o indivíduo deve ser capaz de desvendar o significado das construções textuais, com o intuito de compreender o sentido do contexto de uma frase.

Assim, quando não há uma correta interpretação da mensagem, consequentemente não há a correta compreensão da mesma.

Interpretação

Interpretar é a ação ou efeito que estabelece uma relação de percepção da mensagem que se quer transmitir, seja ela simultânea ou consecutiva, entre duas pessoas ou entidades.

A importância dada às questões de interpretação de textos deve-se ao caráter interdisciplinar, o que equivale dizer que a competência de ler texto interfere decididamente no aprendizado em geral, já que boa parte do conhecimento mais importante nos chega por meio da linguagem escrita. A maior herança que a escola pode legar aos seus alunos é a competência de ler com autonomia, isto é, de extrair de um texto os seus significados.

Num texto, cada uma das partes está combinada com as outras, criando um todo que não é mero resultado da soma das partes, mas da sua articulação. Assim, a apreensão do significado global resulta de várias leituras acompanhadas de várias hipóteses interpretativas, levantadas a partir da compreensão de dados e informações inscritos no texto lido e do nosso conhecimento do mundo.

A interpretação do texto é o que podemos concluir sobre ele, depois de estabelecer conexões entre o que está escrito e a realidade. São as conclusões que podemos tirar com base nas ideias do autor. Essa análise ocorre de modo subjetivo, e são relacionadas com a dedução do leitor.

A interpretação de texto é o elemento-chave para o resultado acadêmico, eficiência na solução de exercícios e mesmo na compreensão de situações do dia-a-dia.

Além de uma leitura mais atenta e conhecimento prévio sobre o assunto, o elemento de fundamental importância para interpretar e compreender corretamente um texto é ter o domínio da língua.

E mesmo dominando a língua é muito importante ter um dicionário por perto. Isso porque ninguém conhece o significado de todas as palavras e é muito difícil interpretar um texto desconhecendo certos termos.

Dicas para uma boa interpretação de texto:

- Leia todo o texto pausadamente
- Releia o texto e marque todas as palavras que não sabe o significado
- Veja o significado de cada uma delas no dicionário e anote
- Separe os parágrafos do texto e releia um a um fazendo o seu resumo
- Elabore uma pergunta para cada parágrafo e responda
- Questione a forma usada para escrever
- Faça um novo texto com as suas palavras, mas siga as ideias do autor.

Lembre-se que para saber compreender e interpretar muito bem qualquer tipo de texto, é essencial que se leia muito. Quanto mais se lê, mais facilidade de interpretar se tem. E isso é fundamental em qualquer coisa que se faça, desde um concurso, vestibular, até a leitura de um anúncio na rua.

Resumindo:

	Compreensão	Interpretação
O que é	É a análise do que está escrito no texto, a compreensão das frases e ideias presentes.	É o que podemos concluir sobre o que está escrito no texto. É o modo como interpretamos o conteúdo.
Informação	A informação está presente no texto.	A informação está fora do texto, mas tem conexão com ele.
Análise	Trabalha com a objetividade, com as frases e palavras que estão escritas no texto.	Trabalha com a subjetividade, com o que você entendeu sobre o texto.

QUESTÕES

01. SP Parcerias - Analista Técnico - 2018 - FCC

Uma compreensão da História

Eu entendo a História num sentido sincrônico, isto é, em que tudo acontece simultaneamente. Por conseguinte, o que procura o romancista - ao menos é o que eu tento fazer - é esboçar um sentido para todo esse caos de fatos gravados na tela do tempo. Sei que esses fatos se deram em tempos distintos, mas procuro encontrar um fio comum entre eles. Não se trata de escapar do presente. Para mim, tudo o que aconteceu está a acontecer. E isto não é novo, já o afirmava o pensador italiano Benedetto Croce, ao escrever: "Toda a História é História contemporânea". Se tivesse que escolher um sinal que marcasse meu norte de vida, seria essa frase de Croce.

(SARAMAGO, José. *As palavras de Saramago*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 256)

José Saramago entende que sua função como romancista é

A) estudar e imaginar a História em seus movimentos sincrônicos predominantes.

B) ignorar a distinção entre os tempos históricos para mantê-los vivos em seu passado.

C) buscar traçar uma linha contínua de sentido entre fatos dispersos em tempos distintos.

D) fazer predominar o sentido do tempo em que se vive sobre o tempo em que se viveu.

E) expressar as diferenças entre os tempos históricos de modo a valorizá-las em si mesmas.

02. Pref. de Chapecó – SC – Engenheiro de Trânsito – 2016 - IOBV

Por Jonas Valente*, especial para este blog.

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Crimes Cibernéticos da Câmara dos Deputados divulgou seu relatório final. Nele, apresenta proposta de diversos projetos de lei com a justificativa de combater delitos na rede. Mas o conteúdo dessas proposições é explosivo e pode mudar a Internet como a conhecemos hoje no Brasil, criando um ambiente de censura na web, ampliando a repressão ao acesso a filmes, séries e outros conteúdos não oficiais, retirando direitos dos internautas e transformando redes sociais e outros aplicativos em máquinas de vigilância. Não é de hoje que o discurso da segurança na Internet é usado para tentar atacar o caráter livre, plural e diverso da Internet. Como há dificuldades de se apurar crimes na rede, as soluções buscam criminalizar o máximo possível e transformar a navegação em algo controlado, violando o princípio da presunção da inocência previsto na Constituição Federal.

No caso dos crimes contra a honra, a solução adotada pode ter um impacto trágico para o debate democrático nas redes sociais – atualmente tão importante quanto aquele realizado nas ruas e outros locais da vida off line. Além disso, as propostas mutilam o Marco Civil da Internet, lei aprovada depois de amplo debate na sociedade e que é referência internacional.

(*BLOG DO SAKAMOTO, L. 04/04/2016)

Após a leitura atenta do texto, analise as afirmações feitas:

I. O jornalista Jonas Valente está fazendo um elogio à visão equilibrada e vanguardista da Comissão Parlamentar que legisla sobre crimes cibernéticos na Câmara dos Deputados.

II. O Marco Civil da Internet é considerado um avanço em todos os sentidos, e a referida Comissão Parlamentar está querendo cercear o direito à plena execução deste marco.

III. Há o temor que o acesso a filmes, séries, informações em geral e o livre modo de se expressar venham a sofrer censura com a nova lei que pode ser aprovada na Câmara dos Deputados.

IV. A navegação na internet, como algo controlado, na visão do jornalista, está longe de se concretizar através das leis a serem votadas no Congresso Nacional.

V. Combater os crimes da internet com a censura, para o jornalista, está longe de ser uma estratégia correta, sendo mesmo perversa e manipuladora.

Assinale a opção que contém **todas** as alternativas corretas.

A) I, II, III.

B) II, III, IV.

C) II, III, V.

D) II, IV, V.

03. Pref. de São Gonçalo – RJ – Analista de Contabilidade – 2017 - BIO-RIO

Édipo-rei

Diante do palácio de Édipo. Um grupo de crianças está ajoelhado nos degraus da entrada. Cada um tem na mão um ramo de oliveira. De pé, no meio delas, está o sacerdote de Zeus.

(*Edipo-Rei*, Sófocles, RS: L&PM, 2013)

O texto é a parte introdutória de uma das maiores peças trágicas do teatro grego e exemplifica o modo descritivo de organização discursiva. O elemento abaixo que NÃO está presente nessa descrição é:

A) a localização da cena descrita.

B) a identificação dos personagens presentes.

C) a distribuição espacial dos personagens.

D) o processo descritivo das partes para o todo.

E) a descrição de base visual.

04. MPE-RJ – Analista do Ministério Público - Processual – 2016 - FGV**Problemas Sociais Urbanos***Brasil escola*

Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades. A especulação imobiliária favorece o encarecimento dos locais mais próximos dos grandes centros, tornando-os inacessíveis à grande massa populacional. Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras, o que contribui para que a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes.

Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham, uma vez que a esmagadora maioria dos habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários. Incluem-se a isso as precárias condições de transporte público e a péssima infraestrutura dessas zonas segregadas, que às vezes não contam com saneamento básico ou asfalto e apresentam elevados índices de violência.

A especulação imobiliária também acentua um problema cada vez maior no espaço das grandes, médias e até pequenas cidades: a questão dos lotes vagos. Esse problema acontece por dois principais motivos: 1) falta de poder aquisitivo da população que possui terrenos, mas que não possui condições de construir neles e 2) a espera pela valorização dos lotes para que esses se tornem mais caros para uma venda posterior. Esses lotes vagos geralmente apresentam problemas como o acúmulo de lixo, mato alto, e acabam tornando-se focos de doenças, como a dengue.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Problemas socioambientais urbanos"; Brasil Escola. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/problemas-ambientais-sociais-decorrentes-urbanizacao.htm>. Acesso em 14 de abril de 2016.

A estruturação do texto é feita do seguinte modo:

- A) uma introdução definidora dos problemas sociais urbanos e um desenvolvimento com destaque de alguns problemas;
- B) uma abordagem direta dos problemas com seleção e explicação de um deles, visto como o mais importante;
- C) uma apresentação de caráter histórico seguida da explicação de alguns problemas ligados às grandes cidades;
- D) uma referência imediata a um dos problemas sociais urbanos, sua explicação, seguida da citação de um segundo problema;
- E) um destaque de um dos problemas urbanos, seguido de sua explicação histórica, motivo de crítica às atuais autoridades.

05. MPE-RJ – Técnico do Ministério Público - Administrativa – 2016 - FGV**O futuro da medicina**

O avanço da tecnologia afetou as bases de boa parte das profissões. As vítimas se contam às dezenas e incluem músicos, jornalistas, carteiros etc. Um ofício relativamente poupado até aqui é o de médico. Até aqui. A crer no médico e "geek" Eric Topol, autor de "The Patient Will See You Now" (o paciente vai vê-lo agora), está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, mas que terá impactos positivos para os pacientes.

Para Topol, o futuro está nos smartphones. O autor nos coloca a par de incríveis tecnologias, já disponíveis ou muito próximas disso, que terão grande impacto sobre a medicina. Já é possível, por exemplo, fotografar pintas suspeitas e enviar as imagens a um algoritmo que as analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais.

Está para chegar ao mercado um apetrecho que transforma o celular num verdadeiro laboratório de análises clínicas, realizando mais de 50 exames a uma fração do custo atual. Também é possível, adquirindo lentes que custam centavos, transformar o smartphone num supermicroscópio que permite fazer diagnósticos ainda mais sofisticados.

Tudo isso aliado à democratização do conhecimento, diz Topol, fará com que as pessoas administrem mais sua própria saúde, recorrendo ao médico em menor número de ocasiões e de preferência por via eletrônica. É o momento, assegura o autor, de ampliar a autonomia do paciente e abandonar o paternalismo que desde Hipócrates assombra a medicina.

Concordando com as linhas gerais do pensamento de Topol, mas acho que, como todo entusiasta da tecnologia, ele provavelmente exagera. Acho improvável, por exemplo, que os hospitais caminhem para uma rápida extinção. Dando algum desconto para as previsões, "The Patient..." é uma excelente leitura para os interessados nas transformações da medicina.

Folha de São Paulo online – Coluna Hélio Schwartzman – 17/01/2016.

Segundo o autor citado no texto, o futuro da medicina:

- A) encontra-se ameaçado pela alta tecnologia;
- B) deverá contar com o apoio positivo da tecnologia;
- C) levará à extinção da profissão de médico;
- D) independará completamente dos médicos;
- E) estará limitado aos meios eletrônicos.

RESPOSTAS

01	C
02	C
03	D
04	B
05	B

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO.

São três os elementos essenciais para a composição de um texto: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Vamos estudar cada uma de forma isolada a seguir:

Introdução

É a apresentação direta e objetiva da ideia central do texto. A introdução é caracterizada por ser o parágrafo inicial.

Desenvolvimento

Quando tratamos de estrutura, é a maior parte do texto. O desenvolvimento estabelece uma conexão entre a introdução e a conclusão, pois é nesta parte que as ideias, argumentos e posicionamento do autor vão sendo formados e desenvolvidos com a finalidade de dirigir a atenção do leitor para a conclusão.

Em um bom desenvolvimento as ideias devem ser claras e aptas a fazer com que o leitor anteceda qual será a conclusão.

São três principais erros que podem ser cometidos na elaboração do desenvolvimento:

- Distanciar-se do texto em relação ao tema inicial.
- Focar em apenas um tópico do tema e esquecer dos outros.
- Falar sobre muitas informações e não conseguir organizá-las, dificultando a linha de compreensão do leitor.

Conclusão

Ponto final de todas as argumentações discorridas no desenvolvimento, ou seja, o encerramento do texto e dos questionamentos levantados pelo autor.

Ao fazermos a conclusão devemos evitar expressões como: “Concluindo...”, “Em conclusão, ...”, “Como já dissemos antes...”.

Parágrafo

Se caracteriza como um pequeno recuo em relação à margem esquerda da folha. Conceitualmente, o parágrafo completo deve conter introdução, desenvolvimento e conclusão.

- Introdução – apresentação da ideia principal, feita de maneira sintética de acordo com os objetivos do autor.

- Desenvolvimento – ampliação do tópico frasal (introdução), atribuído pelas ideias secundárias, a fim de reforçar e dar credibilidade na discussão.

- Conclusão – retomada da ideia central ligada aos pressupostos citados no desenvolvimento, procurando arrematá-los.

Exemplo de um parágrafo bem estruturado (com introdução, desenvolvimento e conclusão):

“Nesse contexto, é um grave erro a liberação da maconha. Provocará de imediato violenta elevação do consumo. O Estado perderá o precário controle que ainda exerce sobre as drogas psicotrópicas e nossas instituições de recuperação de viciados não terão estrutura suficiente para atender à demanda. Enfim, viveremos o caos.”

(Alberto Corazza, Isto É, com adaptações)

Elemento relacionador: Nesse contexto.

Tópico frasal: é um grave erro a liberação da maconha.

Desenvolvimento: Provocará de imediato violenta elevação do consumo. O Estado perderá o precário controle que ainda exerce sobre as drogas psicotrópicas e nossas instituições de recuperação de viciados não terão estrutura suficiente para atender à demanda.

Conclusão: Enfim, viveremos o caos.

QUESTÕES**01. IFCE – Administrador - 2014**

Como processar quem não nos representa?

Não somos vândalos. E deveríamos ganhar flores. Cidadãos que respeitam as regras são diariamente maltratados por serviços públicos ineficientes. Como processar o prefeito e o governador se nossos impostos não se traduzem no respeito ao cidadão? Como processar um Congresso que se comporta de maneira vil, ao manter como deputado, em voto secreto, o presidiário Natan Donadon, condenado a 13 anos por roubo de dinheiro público?

Se posso ser multada (e devo ser) caso jogue no chão um papel de bala, por que não posso multar o prefeito quando a cidade não funciona? E por que não posso multar o governador, se o serviço público me provoca sentimentos de fúria e impotência? Como punir o vandalismo moral do Estado? Ah, pelo voto. Não, não é suficiente. Deveríamos dispor de instrumentos legais para processar quem abusa do poder contra os eleitores – e esse abuso transcende partidos e ideologias. [...] (

Texto retirado do artigo de Ruth Aquino. Revista Época, 02/09/2013.)

O texto apresenta como ideia central:

A) inúmeros questionamentos e dúvidas que demonstram a falta de informação da autora sobre o modo de punir o serviço público de má qualidade.

B) questionamentos retóricos que refletem a indignação da autora diante dos desmandos de políticos e de instituições públicas contra os cidadãos que não têm como punir os que deviam representá-los.

C) a ideia de que o cidadão que não é vândalo tem que ser bem tratado pelos políticos e pelos servidores públicos.

D) a discussão de que é pelo voto que podemos punir os políticos e seus partidos pelo desrespeito imposto aos cidadãos.

E) a ideia de que abusos contra os cidadãos que não são eleitores ocorrem todos os dias e devem ser punidos.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE ITABORAÍ

Lei nº 502, de 04 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Itaboraí. Lei n.º 1.392, de 03 de julho de 1996, que dá nova redação à Lei Municipal n.º 502, de 04 de dezembro de 1979..... 01

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE ITABORAÍ

**LEI Nº 502, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1979, QUE DIS-
PÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLI-
COS CIVIS DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ. LEI N.º 1.392,
DE 03 DE JULHO DE 1996, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO À
LEI MUNICIPAL N.º 502, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1979.**

LEI N.º 1392 DE 03 DE JULHO DE 1996.

Dá nova redação à Lei Municipal n.º 502, de 04 de dezembro de 1979.

O Povo do Município de Itaboraí, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu Prefeito do Município, em seu nome sanciono a seguinte.

Art. 1º - A Lei Municipal nº 502, de 04 de dezembro de 1979, que cria o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itaboraí, passa a vigorar com a seguinte redação:

LEI Nº 502, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1979.

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Itaboraí.

O Povo do Município de Itaboraí, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu Prefeito do Município em seu nome sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
ABRANGÊNCIAS:**

Art. 1 - Esta lei estabelece o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itaboraí de Itaboraí.

Parágrafo Único - Aos Funcionários regidos por lei especial serão aplicados, subsidiariamente, as disposições desta lei.

SERVIDOR PÚBLICO

Art. 2 - Para os efeitos desta lei, o Servidor público é o cidadão, legalmente investido em cargo público de provimento efetivo ou em comissão, que percebe vencimento ou remuneração dos cofres municipais.

CARGOS PÚBLICOS

Art. 3 - Cargo Público é o conjunto autônomo de atribuições, deveres responsabilidades cometidas ao servidor público, criado por lei, em número, com denominação própria e vencimento específico, a cargo dos cofres municipais.

PROVIMENTO

Art. 4 - Os cargos públicos pode ser de provimento efetivo ou de provimento em comissão.

ACESSIBILIDADE AOS CARGOS PÚBLICOS

Art. 5 - Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros observadas as condições legais e regulamentares assim como as disposições estabelecidas por ocasiões de concursos.

CONCURSO PÚBLICO

Art. 6 - É obrigatória a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos para o primeiro provimento efetivo em cargo público.

VENCIMENTO

Art. 7 - O vencimento dos cargos públicos obedecerá à padrões fixados em lei.

§ 1º - É vedada qualquer vinculação ou equiparação para efeito de vencimento dos funcionários públicos municipais.

§ 2º - Nenhum funcionário municipal, ativo ou inativo perceberá vencimento ou provento menor que o salário mínimo.

**TÍTULO II
DOS CARGOS PÚBLICOS E DA FUNÇÃO GRATIFICADA
CAPÍTULO I
DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO**

Art. 8 - os cargos de provimento efetivo são de carreira ou isolados, podendo haver funções gratificadas.

CARGO DE CARREIRA

Art. 9 - Os cargos de carreiras são agrupados em séries de classes semelhantes, do mesmo grupo de atividades, hierarquizado segundo a natureza do trabalho e o grau de dificuldade para seu desempenho.

NÍVEL

Art. 10 - Nível é o símbolo atribuído ao conjunto de classes equivalentes quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade para seu exercício, visando a determinar a sua faixa de vencimento correspondente.

CARREIRA

Art. 11 - Carreira é a série e de classe semelhantes, do mesmo grupo de atividades, hierarquizadas segundo a natureza do trabalho.

Art. 12 - Cargo isolado é aquele, que pela natureza da função e exigência do serviço, constitui o único em sua categoria.

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Art. 13 - As atribuições de cada cargo são definidas no Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Itaboraí.

**CAPÍTULO II
DOS CARGOS EM COMISSÃO
CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

Art. 14 - Os cargos de provimento em comissão são cargos isolados que se destinam a atender à encargos de direção, de consulta ou de assessoramento, providos através de livre escolha do Prefeito, por pessoas que possuam competência profissional e reúnam as condições necessárias à investidura no serviço público. Na estrutura da Secretaria municipal de Educação e Cultura, o número de Cargos em Comissão, e Função Gratificada, não deverá ultrapassar 10% (dez por cento) do número de funcionários efetivos.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITABORAÍ

§ 1º - Prescindirá de concurso de nomeação para cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.

§ 2º - O número de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas deverá ser ocupado por no mínimo por 50% (cinquenta por cento) por funcionários efetivos de quadro.

DESIGNAÇÃO

Art. 15 - A designação dos ocupantes de cargos em comissão, recairá preferencialmente sobre funcionários do município.

Parágrafo Único - Quando a escolha recair sobre funcionário municipal, este poderá optar entre a remuneração fixada para o cargo em comissão que vier a ocupar, ou o vencimento do cargo efetivo que estiver ocupando, acrescido este de mais 60% (sessenta por cento), calculado sobre o valor da remuneração atribuída ao cargo comissionado, a título de gratificação.

AFASTAMENTO

Art. 16 - A posse em cargos em comissão acarreta o afastamento do funcionário do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal.

REQUISIZAÇÃO

Art. 17 - No caso de recair a escolha em servidor de órgão público não subordinado à administração municipal, o ato de nomeação será precedido de requisição e consumado após a concessão.

FUNCIONÁRIO APOSENTADO

Art. 18 - Salvo o caso de aposentadoria por invalidez, é permitido ao funcionário aposentado, exercer cargo em comissão, desde que seja julgado apto em inspeção de saúde que precederá a sua posse.

SERVIDOR REGIDO PELA CLT

Art. 19 - no caso de recair a escolha em servidor da Prefeitura regido pela consolidação das Leis do Trabalho, o contrato trabalhista será suspenso.

CAPÍTULO III DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS CARGO ISOLADO

Art. 20 - Função gratificada é o cargo de chefia, assessoramento, secretariado e de outras julgadas necessárias, concedidas vantagem acessória ao vencimento.

COMPETÊNCIA PARA DESIGNAÇÃO E DISPENSA

Art. 21 - A competência para designar e dispensar livremente os funcionários fica sempre condicionada ao interesse da administração.

COMPETÊNCIA PARA DAR EXERCÍCIO

Art. 22 - Compete à autoridade a que ficar subordinado o funcionário designado para função gratificada dar-lhe exercício imediato, no prazo de 30 dias independentemente de posse.

CAPÍTULO IV QUADRO

Art. 23 - Quadro é o conjunto de cargos de carreira, cargos isolados e funções gratificadas do poder Executivo Municipal.

PARTES

Art. 24 - O Quadro de funcionários Públicos compreende:
I - parte permanente - composta de cargos efetivos, em comissão e função gratificada.

II - parte suplementar - composta pelos empregos que devem ser extintos à medida em que vagarem.

TÍTULO III DE PROVIMENTO DE CARGOS CAPÍTULO I PROVIMENTO

Art. 25 - Entende-se por provimento o ato pelo qual se efetua o preenchimento do cargo público, com designação de seu titular.

FORMAS DE PROVIMENTO

Art. 26 - os cargos públicos serão providos por:

- I - nomeação
- II - promoção
- III - transferência
- IV - readaptação
- V - reversão
- VI - aproveitamento
- VII - reintegração
- VIII - recondução

REQUISITOS PARA O ATO DE PROVIMENTO

Art. 27 - O ato de provimento, que é de competência exclusiva do Prefeito, deverá indicar a existência de vaga com os elementos capazes de identificá-la.

CAPÍTULO II DA NOMEAÇÃO NOMEAÇÃO

Art. 28 - A nomeação é o ato de designação do funcionário no cargo, a qual se completa com a posse e o exercício.

TIPOS DE NOMEAÇÃO

Art. 29 - A nomeação será feita:
I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou cargo de carreira;
II - em comissão, quando se tratar de cargo isolado, em virtude de lei, assim deva ser provido.

ORDEM DE NOMEAÇÃO

Art. 30 - A nomeação obedecerá a ordem de classificação de candidatos habilitados em concursos.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITABORAÍ

PRAZOS

Art. 31 - Será tornada sem efeito a nomeação, se a posse não se verificar nos prazos estabelecidos nesta lei. (seção II - capítulo II, título III).

EXERCÍCIO INTERNO

Art. 32 - Será admitida a contratação de pessoa que não pertence ao quadro permanente, nas condições definidas em lei, por prazo determinado, não excedente ao final do exercício para financeiro, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, para ocupar cargo efetivo vago, enquanto não houver candidato habilitado em concurso público.

Parágrafo Único - Vencido o prazo do contrato, não será permitido novo preenchimento do cargo efetivo por pessoa não habilitada em concurso público.

DISPENSA DE SERVIDOR INTERNO

Art. 33 - No caso de artigo precedente, homologado o resultado do concurso público, durante o prazo do contrato trabalhista o ocupante interino do cargo será obrigatoriamente dispensado.

SEÇÃO I DO CONCURSO OBRIGATORIAMENTE DO CONCURSO

Art. 34 - O ingresso em cargo público de provimento efetivo e outros que a lei determina, dependerá de prévia habilitação em concurso público de provas, ou de provas e títulos, dele se dando ampla e prévia publicidade de abertura de inscrições, bem como de suas instruções, assegurando as mesmas oportunidades para todos, atendidas as exigências de habilitação profissional na conformidade das leis e regulamentos municipais.

§1º - Ninguém poderá ser efetivado ou adquirir estabilidade como funcionário senão prestar concurso público.

§2º - O concurso será realizado para o provimento de cargos vagos iniciais de carreiras ou isolados.

OBJETO DA AVALIAÇÃO

Art. 35 - O concurso objetivará avaliar:

- a) conhecimento e qualificação profissionais;
- b) condições de sanidade físico mental;

Art. 36 - As atribuições inerentes ao cargo servirão de base para o estabelecimento dos requisitos a serem exigidos para a inscrição do concurso.

VAGAS E VALIDADES DO CONCURSO

Art. 37 - O número de vagas a serem preenchidas, o grau de instrução exigível mediante apresentação do respectivo certificado, e o prazo de validade das provas será fixado nas instruções reguladoras do concurso, não devendo exceder a 24 (vinte quatro) meses após a sua homologação, prorrogável por uma só vez, por igual período.

REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA INSCRIÇÃO

Art. 38 - Além dos requisitos determinados nos regulamentos ou instruções do concurso público, é exigido ainda, para a inscrição:

- I - nacionalidade brasileira;
- II - ser eleitor e estar em dia com as obrigações eleitorais;
- III - quitação das obrigações militares;
- IV - gozar de boa saúde, comprovado por atestado médico;
- V - gozo dos direitos políticos;
- VI - idade mínima de 18 anos;
- VII - o nível de escolaridade exigido para o cargo;

HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

Art. 39 - Uma vez realizado o concurso deverá ser homologado no prazo de 12 meses.

ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES

Art. 40 - Encerradas as inscrições para o concurso de investidura de qualquer cargo, não se abrirão novas inscrições antes da sua realização.

SEÇÃO II DA POSSE POSSE

Art. 41 - posse é o ato que completa o provimento em cargo público ou função gratificada.

§1º - Não haverá provimento de cargo ou o exercício deste antes da posse, ressalvado o disposto no art. 22.

§2º - Independência de posse o provimento de cargo por provimento ou reintegração.

REQUISITOS

Art. 42 - São requisitos para a posse, além daqueles mencionados no art. 38:

- I - ter completado a idade mínima para a função;
- II - ter-se habilitado previamente em concurso, salvo nos casos em que a lei não exigir;
- III - ter atendido as condições especiais prescritas em lei ou regulamentos do concurso para determinados cargos e carreiras.

DECLARAÇÃO DE BENS

Art. 43 - No ato de posse o funcionário apresentará a declaração de bens e valores que constituem o seu patrimônio, para que ali figure obrigatoriamente.

Parágrafo Único - Do termo de posse, assinado pela autoridade competente e pelo funcionário, constará ainda o compromisso do cumprimento dos deveres e atribuições do cargo.

DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Art. 44 - ninguém poderá ser provido em cargo público, ainda que em comissão, sem apresentar previamente declaração de que não exerce qualquer cargo, emprego ou função no Poder Público municipal, estadual ou federal na administração centralizada ou autárquica, inclusive fundações, sociedades de economia mista ou empresas públicas.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITABORAÍ

EXONERAÇÃO DO OUTRO CARGO

Art. 45 - Na hipótese de acumulação não permissível, a posse dependerá da prova haver o interessado solicitado exoneração de outro cargo, condicionado o início de pagamento à publicação oficial do ato que o exonera.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, o pagamento será devido a partir da data em que cessar a percepção pecuniária relativa ao cargo anterior.

COMPETÊNCIA

Art. 46 - São competentes para dar posse:

I - o Prefeito, aos dirigentes dos órgãos diretamente a ele subordinados;

II - o Secretário municipal de Administração, nos demais casos.

VERIFICAÇÃO DE REQUISITOS

Art. 47 - A autoridade que der posse, sob pena de responsabilidade, verificará:

I - se foram satisfeitas condições legais;

II - se do ato de provimento consta a existência de vagas com os elementos capazes de identificá-la;

III - se consta referência ao ato ou processo em que for autorizado a posse, quando se tratar da acumulação de cargos.

PRAZOS

Art. 48 - A posse terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação no órgão oficial do ato de provimento, ou nas épocas assinaladas no Art. 49 e seus parágrafos.

Parágrafo Único - O prazo poderá ser prorrogado, ou revalidado até ao máximo de 120 (cento e vinte) dias, 30 (trinta) dias a contar do término do prazo que trata este artigo, à requerimento do interessado, ou do seu representante, Justificadamente.

* (Nova redação dada pela Lei Complementar 168 de 2013)

FUNCIONÁRIO EM FÉRIAS OU LICENCIADO

Art. 49 - Em se tratando de funcionário em férias, ou licenciado, o prazo será contado da data em que voltar ao serviço, exceto no caso de licença para tratar de interesse particular.

§1º - Os candidatos aprovados em concurso e que estiverem diplomados para exercer mandato eletivo, quando da publicação dos atos de provimento, terão o prazo de posse contado da data do término do mandato.

§2º - Os candidatos aprovados em concurso e que, quando da publicação dos respectivos atos de provimento estiverem incorporados às Forças Armadas para prestação de serviço militar de qualquer natureza, terão prazo para posse contado da data de seu desligamento.

Art. 50 - O Servidores com vínculo de emprego em outro órgão de Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal que vier a servir o Município de Itaboraí, ocupando cargo em comissão por mais de 10 (dez) anos, ainda que alternados, poderá optar por vínculo efetivo neste Município, ocupando cargo compatível com sua escolaridade, desde que haja vaga.

INEFICÁCIA DO ATO

Art. 51 - O funcionário entrará em exercício dentro de 30 (trinta) dias contados:

I - da publicação oficial do ato de promoção ou reintegração;

II - da posse, nos demais casos de provimento.

§1º - No caso de entrada em exercício em função gratificada, esta se verificará conforme estabelecido no art. 22 desta lei.

§2º - Somente com exercício o funcionário passa a efetuar legalmente suas funções e adquire direito às vantagens do cargo e ao vencimento devido pelo Poder Público.

REGISTRO NO ASSENTAMENTO

Art. 52 - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

Parágrafo Único - O início do exercício e as alterações que nele ocorrem serão comunicados à Secretaria Municipal de Administração, pela autoridade competente.

LOTAÇÃO

Art. 53 - O funcionário provido, integrará a lotação na qual houver vaga.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei considera-se lotação o número de vagas estabelecidas no Quadro Permanente de Funcionários Públicos, a serem preenchidas por funcionários na categoria funcional respectiva.

COMPETÊNCIA

Art. 54 - São competentes para dar exercício os diretores de departamento onde for localizado o funcionário.

Parágrafo Único - Os dirigentes de órgãos diretamente subordinados ao Prefeito farão sua própria afirmação de exercício.

CONTAGEM DO EXERCÍCIO PARA PROMOÇÃO

Art. 55 - A promoção não interrompe o exercício, que é contado na nova classe a partir da data de publicação do ato que promoveu o funcionário.

APRESENTAÇÃO DE FUNCIONÁRIO REMOVIDO

Art. 56 - o funcionário removido, deverá apresentar-se na sede de seus serviços no prazo de 02 (dois) dias contados da data da publicação do respectivo ato.

§1º - Quando em férias, licenciado ou afastado legalmente do seu cargo, esse prazo será contado a partir do término das férias, da licença ou do afastamento.

§2º - O prazo referido no "caput" desse artigo é computado como de efetivo exercício para todos os efeitos.

INOBSERVÂNCIA DE PRAZOS

Art. 57 - O funcionário que não entrar em exercício dentro do prazo estabelecido será exonerado do cargo; se designado para ocupar função gratificada, terá o respectivo ato de provimento tornado sem efeito.

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Art. 58 - O funcionário deverá apresentar a Secretaria Municipal de Administração, antes de entrar em exercício, os elementos necessários à abertura do seu assentamento individual.

EXERCÍCIO FORA DA LOTAÇÃO

Art. 59 - poderá haver exercícios fora da lotação do funcionário, com a prévia autorização do Prefeito.

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ

A cidade. História.	01
Prédios Históricos.	05
Região Metropolitana.	10

A CIDADE.

Itaboraí fica na região metropolitana do Rio de Janeiro, em área de baixada litorânea, às margens da Baía de Guanabara, a 45 km de distância da capital. O município faz divisa com Guapimirim, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Tanguá e Maricá.

A economia do município gira em torno da manufatura cerâmica (decorativa e utilitária), fruticultura, apicultura, pecuária extensiva, comércio e serviços. Itaboraí apresenta um relevo variado. Suas maiores altitudes são encontradas nas serras do Barbosão, à leste, na divisa com Tanguá, e do Lagarto e de Casorotiba do Sul, na fronteira com Maricá. Nas demais localidades predominam as planícies, onde se concentram os rios que convergem para a Baía de Guanabara. Entre as planícies e as serras, observa-se um relevo suavemente ondulado, com morros que raramente ultrapassam 50 metros de altitude.

Parte de seu território é voltada para a Baía de Guanabara, compondo, com os municípios de Magé e Guapimirim, a APA de Guapimirim, uma Unidade de Conservação de uso sustentável voltada para a preservação e conservação de remanescentes dos manguezais.

A vegetação do município é composta principalmente por pastagens, mata de encosta, mangues e brejos. Os remanescentes de matas são observados nos setores mais íngremes e elevados nas serras do Barbosão e do Lagarto.

São matas tipicamente secundárias, resultantes da regeneração natural após muita exploração de madeira para a obtenção de carvão e lenha no passado. No restante do município, as matas se encontram muito fragmentadas e aparecem em locais isolados.

Em Itaboraí encontra-se o mais antigo e importante sítio paleontológico do Brasil, às margens do Lago São José, onde foram encontrados, em 1986, os fósseis de uma preguiça gigante pré-histórica – um autêntico tesouro da arqueologia brasileira. A preguiça, que pesava várias toneladas e media cerca de 7 metros de comprimento, viveu há cerca de 5 milhões de anos, sendo contemporânea do homem primitivo. Outras preciosidades arqueológicas da região são os cemitérios indígenas de Itambi e Visconde, e os sambaquis de Sambaetiba.

Itaboraí tem rico patrimônio histórico e acervo arquitetônico, em que se destaca o conjunto das ruínas do Convento de São Boa Ventura – tombado pelo Iphan –, que começou a ser construído em 1660. Suas ruínas são consideradas um dos mais belos e importantes conjuntos arquitetônicos religiosos do período colonial. O convento foi a quinta construção da Ordem Franciscana no Brasil.

A manufatura cerâmica é uma importante atividade econômica e foco de conflitos ambientais. É a maior fonte de arrecadação e de geração de empregos locais e, ao mesmo tempo, responsável por um passivo ambiental ligado à degradação dos solos onde existem jazidas de argila, ao assoreamento dos rios e à poluição atmosférica provocada pela fumaça lançada das chaminés.

Os moradores de Itaboraí se orgulham de sua história, dos patrimônios culturais e artísticos e do poder de suas comunidades, pois as associações de moradores locais são atuantes e têm grande poder de mobilização.

HISTÓRIA.

“É por isto e por muito mais, é porque foi meu berço, e berço daqueles a quem mais amei e amo, é porque no seu seio tenho sepulturas queridas, é porque me guarda em seus lares amigos dedicados, é porque desejo ter em seus campos um abrigo na minha velhice que começa, e no seu cemitério um leito para dormir o último sono, é enfim por todos esses laços da vida e da morte que a Vila de Itaboraí me é tão querida.”

Joaquim Manoel de Macedo

O Rio do Quarto, 1869 _ Cap 01: Para se ler ou não ler.

Escritor Itaboraiense, maior romancista do século XIX

Autor do clássico “A Moreninha”

Itaboraí, cidade histórica do Estado do Rio de Janeiro, localizada na região metropolitana, é o resultado da união de três importantes vilas do passado colonial e imperial do Brasil: Santo Antônio de Sá, São João de Itaboraí e São José Del Rey. A maior delas, a Vila de Santo Antônio de Sá, segunda formação do Rio de Janeiro no recôncavo da Guanabara; A Vila de São João de Itaboraí, inicialmente uma parada de tropeiros, que mais tarde se tornaria o maior produtor açucareiro da região e principal entreposto comercial ligando o norte fluminense a capital da província; e a Vila de São José Del Rey (conhecida como São Barnabé, ou Itambi), cuja região fora uma importante Missão Jesuítica entre os índios Maromomis e Tamoios que por aqui habitavam.

Para conhecer a história de Itaboraí, é importante compreender como se deu o povoamento de toda a região, e que a ocupação territorial foi condicionada a diversas variáveis, como a proximidade de rios navegáveis, situação do sertão do Macacu, ou de fins catequistas, caso dos Jesuítas na região de Cabuçú e Itambi, ou mesmo de localizações estratégicas em rotas de tropeiros, situação de Itaboraí, o que também acabou beneficiando o desenvolvimento econômico com os grandes engenhos, dentre outras razões.

A antiga Vila de Santo Antônio de Sá

É no século XVI que se dá a ocupação dos “sertões do Rio Macacu” pelos colonizadores portugueses, pois em 1567 o fidalgão português Miguel de Moura recebeu uma sesmária (grande extensão de terras) na planície do Rio Macacu (José Matoso Maia Forte – 1937). Entretanto, apesar da abertura de fazendas e engenhos de cana-de-açúcar na região*, o primeiro povoamento no Recôncavo da Guanabara foi a Vila de Santo Antônio de Sá, fundada em 1697, às margens do Rio Macacu (Na mesma região que hoje abriga o Comperj).

*O ato de criação da vila de Santo Antônio de Sá seria uma mera curiosidade histórica não fosse o fato de que a descrição da solenidade constitui uma fonte rica de informações sobre a estrutura social que estava sendo criada no sertão do Macacu. Não só a maior parte das terras pertencia a um grupo muito pequeno de indivíduos, como os laços familiares entre eles garantiam o controle das terras, fosse por casamento ou herança.

Assim estavam presentes naquela solenidade membros das famílias dos Duque Estrada, dos Sardinha, dos Silva, dos Costa Soares, dos Pacheco e dos Azevedo Coutinho (às vezes escrito Azeredo Coutinho). Cada família era associada a uma parcela do território: por exemplo, os Azevedo Coutinho e os Sardinha eram donos de terras e engenhos em Itapacorá; os Sardinha também eram proprietários em Macacu e Guaxindiba, e assim por diante (Forte, 1984).

A Vila de Santo Antônio de Sá, com suas freguesias e povoados, experimentou um grande desenvolvimento econômico, parte disto em razão de sua localização, tendo em toda a região entrepostos comerciais que recebiam, via escoamento fluvial, a sua produção e a da região serrana e interior fluminense, através de seus rios como o Macacu, Casseribu e Aldeia. Porém, anos de desmatamento desordenado, tornaram as áreas aráveis em charcos, e o consequente assoreamento dos rios não só foi destruindo o potencial produtivo, mas também cooperou na proliferação de mosquitos, vetores de doenças como a febre amarela e a malária, o que resultou, a partir de 1829 no início da extinção da Vila (então a mais atingida pelas doenças). As chamadas “Febres do Macacu” foram tão marcantes que nos anos que se seguiram as pessoas evitavam retornar ao lugar devido ao medo que se instalou (Num ofício ao Marquês de Caravelas, que era Ministro e Secretário dos Negócios do Império, em 25 de agosto de 1830, Francisco José Alves Carneiro, Juiz de Fora da Vila de Sto Antônio de Sá, fazia saber sobre a Vila já se encontrar quase deserta, contando talvez, com meia dúzia de homens, levando-se em conta que a Vila chegou a ter uma população de aproximadamente 19.000 “almas”).

Seu maior destaque foi o Convento Franciscano de São Boaventura, inaugurado em 04 de fevereiro de 1670, após dez anos de construção. Hoje, são as suas ruínas que ostentam a outrora história de importância da antiga Vila no desbravamento do que os antigos chamavam de os “Sertões do Macacu”.

A Vila de São José Del Rey

A Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambý, cujo território foi desmembrado da Vila de Sto. Antônio de Sá, é nomeada Vila de São José Del Rey por força de Alvará em 1772, sendo assim denominada para solenizar o aniversário do Príncipe Dom José de Portugal, pelo então Vice-Rei e Governador do Brasil Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, o Marquês do Lavradio. Contudo, somente onze anos depois houve a instalação da Justiça e da Câmara naquela que seria uma das mais importantes vilas do recôncavo da Guanabara, por estar situada a pouco mais de dois quilômetros da foz do rio Macacu, próximo de Itambi, hoje 3º distrito de Itaboraí.

Inicialmente, a região de Itambi era apenas uma terra de indígenas, até a chegada dos colonizadores, que lá se estabeleceram e deram o nome àquela região pertencente ao recôncavo do Rio de Janeiro, mantendo o topônimo indígena de origem tupi que, segundo Teodoro Sampaio, significa Ita = pedra, e Mbi = alto, erguida, alçada, ou seja, “Pedra em Pé”, denominação esta, dada a toda área que hoje compreende o município de Itaboraí, e que guarda ainda, em suas origens, as mais belas raízes da história do município, com ascendência em todos os antigos povoados do Brasil.

Seus colonizadores, principalmente os Jesuítas que tinham a função sagrada de ensinar a língua e a religião Católica aos nativos, não desprezavam os nomes indígenas.

O aldeamento de São Barnabé fazia parte de uma estratégia de segurança dos colonizadores portugueses que junto com os aldeamentos de Itaguaí, São Lourenço (Niterói), São Pedro (São Pedro D’aldeia) e Macaé contra possíveis invasões de nações inimigas (Franceses, Holandeses) estes povoados serviam para guardar a costa em torno do Rio de Janeiro e também como locais de produção de mão de obra, principalmente no período da União Ibérica, quando o controle do mercado escravo ficou um bom tempo com a Holanda.

Assim como aconteceu em outras vilas, há registros de que os índios que ali existiam foram levados a participar do processo de desmatamento das áreas circunvizinhas a Baía da Guanabara, para que se realizasse o plantio da cana de açúcar e a construção de engenhos. Estes teriam sucumbido diante do trabalho pesado, uma das razões pelas quais podem ser encontrados inúmeros enterramentos indígenas na região, sendo imediatamente substituídos pelos escravos provenientes do continente africano.

“Em determinado momento do processo de colonização no séc. XVII, mais ou menos em 1628, por causa da presença dos franceses e holandeses, o colonizador português usou a mão-de-obra indígena que era numerosíssima em Itambi – era a maior população indígena, 3500 selvagens, segundo Fernão Candim – utilizou essa mão-de-obra para construir fortificações no Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara.”

Adamastor Camará Ribeiro – Historiador,
na primeira jornada de cultura local, realizada em Itaboraí,
em 1984

“É essa força de trabalho de São Barnabé, juntamente com o escravo negro, que fez o vigor canavieiro de Itaboraí.”

Complementa Adamastor Camará Ribeiro

O Marquês do Lavradio relata em carta datada de 1773 a seu tio, Reverendo Principal de Almeida, que havia retirado da Aldeia de São Barnabé da Vila de São José Del Rei “muitas índias que estavam em perigo”, na faixa etária de oito a doze anos, para o Rio de Janeiro, a fim de que se educassem e pudessem ter sentimento, tornando famílias com homens brancos, já que os indígenas desta então vila tiveram suas terras roubadas e eles, escravizados. Querendo dar encaminhamento diverso ao dos jesuítas em relação à população local, o Marquês toma decisões muito definitivas, destinando os homens que podem trabalhar as fazendas e aos cinco engenhos, que produziam por safra 60 toneladas de açúcar e 140 mil litros de aguardente, e os jovens da mesma idade das meninas, eram destinados ao aprendizado de ofícios mecânicos no Rio de Janeiro. Diante de sua política, pouco sobrou do aldeamento considerado por ele como sendo um dos mais civilizados.

A Vila de São José Del Rey teve uma curta vida de autonomia administrativa, pois já em 1833 foi anexada a então Vila de São João de Itaboraí.

Milagres de Anchieta

A Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby, cujo território foi desmembrado da Vila de Sto. Antônio de Sá, é nomeada Vila de São José Del Rey por força de Alvará em 1772, sendo assim denominada para solenizar o aniversário do Príncipe Dom José de Portugal, pelo então Vice-Rei e Governador do Brasil Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, o Marquês do Lavradio. Contudo, somente onze anos depois houve a instalação da Justiça e da Câmara naquela que seria uma das mais importantes vilas do recôncavo da Guanabara, por estar situada a pouco mais de dois quilômetros da foz do rio Macacu, próximo de Itambi, hoje 3º distrito de Itaboraí.

Inicialmente, a região de Itambi era apenas uma terra de indígenas, até a chegada dos colonizadores, que lá se estabeleceram e deram o nome àquela região pertencente ao recôncavo do Rio de Janeiro, mantendo o topônimo indígena de origem tupi que, segundo Teodoro Sampaio, significa Ita = pedra, e Mbi = alto, erguida, alçada, ou seja, “Pedra em Pé”, denominação esta, dada a toda área que hoje compreende o município de Itaboraí, e que guarda ainda, em suas origens, as mais belas raízes da história do município, com ascendência em todos os antigos povoados do Brasil. Seus colonizadores, principalmente os Jesuítas que tinham a função sagrada de ensinar a língua e a religião Católica aos nativos, não desprezavam os nomes indígenas.

O aldeamento de São Barnabé fazia parte de uma estratégia de segurança dos colonizadores portugueses que junto com os aldeamentos de Itaguaí, São Lourenço (Niterói), São Pedro (São Pedro D'aldeia) e Macaé contra possíveis invasões de nações inimigas (Franceses, Holandeses) estes povoados serviam para guardar a costa em torno do Rio de Janeiro e também como locais de produção de mão de obra, principalmente no período da União Ibérica, quando o controle do mercado escravo ficou um bom tempo com a Holanda.

Assim como aconteceu em outras vilas, há registros de que os índios que ali existiam foram levados a participar do processo de desmatamento das áreas circunvizinhas a Baía da Guanabara, para que se realizasse o plantio da cana de açúcar e a construção de engenhos. Estes teriam sucumbido diante do trabalho pesado, uma das razões pelas quais podem ser encontrados inúmeros enterramentos indígenas na região, sendo imediatamente substituídos pelos escravos provenientes do continente africano.

“Em determinado momento do processo de colonização no séc. XVII, mais ou menos em 1628, por causa da presença dos franceses e holandeses, o colonizador português usou a mão-de-obra indígena que era numerosíssima em Itambi – era a maior população indígena, 3500 selvagens, segundo Fernão Candim – utilizou essa mão-de-obra para construir fortificações no Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara.”

Adamastor Camará Ribeiro – Historiador,
na primeira jornada de cultura local, realizada em Itaboraí,
em 1984

“É essa força de trabalho de São Barnabé, juntamente com o escravo negro, que fez o vigor canavieiro de Itaboraí.”

Complementa Adamastor Camará Ribeiro

O Marquês do Lavradio relata em carta datada de 1773 a seu tio, Reverendo Principal de Almeida, que havia retirado da Aldeia de São Barnabé da Vila de São José Del Rei “muitas índias que estavam em perigo”, na faixa etária de oito a doze anos, para o Rio de Janeiro, a fim de que se educassem e pudessem ter sentimento, tornando famílias com homens brancos, já que os indígenas desta então vila tiveram suas terras roubadas e eles, escravizados. Querendo dar encaminhamento diverso ao dos jesuítas em relação à população local, o Marquês toma decisões muito definitivas, destinando os homens que podem trabalhar as fazendas e aos cinco engenhos, que produziam por safra 60 toneladas de açúcar e 140 mil litros de aguardente, e os jovens da mesma idade das meninas, eram destinados ao aprendizado de ofícios mecânicos no Rio de Janeiro. Diante de sua política, pouco sobrou do aldeamento considerado por ele como sendo um dos mais civilizados.

A Vila de São José Del Rey teve uma curta vida de autonomia administrativa, pois já em 1833 foi anexada a então Vila de São João de Itaboraí.

Milagres de Anchieta

A ação evangelizadora dos jesuítas no Brasil iniciou-se em 1549, por determinação de D. João III, rei de Portugal.

Na Capitania do Rio de Janeiro, os jesuítas organizaram cinco aldeias indígenas: São Lourenço (Niterói), Itingá (Itaguaí), São Pedro (Cabo Frio), São Barnabé (Itambi) e Guaratiba (Ilha do Governador)

O apóstolo do Brasil, Padre José de Anchieta, que chegou na Bahia no dia 13/07/1553, e que prestou relevantes serviços a Mem de Sá, na conquista e na fundação do Rio de Janeiro, diversas vezes, esteve na aldeia de São Barnabé, onde, de acordo com o historiador jesuíta Simão de Vasconcelos, realizou dois pequenos milagres: Fez “deslizar para o mar pesadíssima canoa, com que os índios não podiam, e, dias depois, abrigou um bando de guarazes a dar sombra a ele e aos índios que conduziam a canoa sob um sol muito forte”.

A Vila de São João de Itaboraí.

Com relação ao povoamento de Itaboraí, ou Itapacorá, como a região era conhecida nas crônicas “Reminiscências de Itaboraí”, do escritor e acadêmico Salvador de Mendonça, e publicadas no jornal “O Brasil, de 1907”, o autor fala o seguinte sobre Itaboraí:

“No século XVII, o governador Salvador Corrêa de Sá mandou abrir a estrada de Campos dos Goytacases a Niterói. Essa estrada passava pela colina de Itaboraí, caminho de Vila Nova e São Gonçalo. No alto da colina, à beira dessa estrada, havia uma fonte sob um bosque frondoso. Tornou-se esse lugar um ponto de parada para as tropas que por ali transitavam. Levantaram-se ranchos ao lado oposto da fonte, esses ranchos foram as primeiras casas itaboraienses. A fonte dera o nome ao lugar – ITABORAÍ, que quer dizer “Pedra Bonita escondida na água”, e essa denominação nascera de haver, no fundo da fonte, metido na pedra, um pedaço de quartzo que despertara a atenção dos índios do lugar.”

Defende-se que o altar-mor da igreja Matriz de São João Batista fica exatamente sobre essa fonte, cujas águas foram canalizadas pelo subterrâneo, colina abaixo, até desembocar na “Fonte da Carioca”.

O surgimento do povoado se dá em razão da existência da parada de tropeiros na colina de Itaboraí, junto à fonte, e é pela iniciativa destes e de João Vaz Pereira que, em 1670, realizou-se a construção de uma nova capela, em substituição a antiga que era utilizada como “curato” na fazenda do Iguá, erguida por João Pereira da Silva em 1627, tendo, inclusive, recebido dela parte dos seus retábulos. Em alvará de 18 de janeiro de 1696 é elevada a categoria de paróquia coletiva com o título de São João de Itaboraí, tornando-se S. João, o orago da freguesia.

Os engenhos de açúcar que já existiam pela região, conforme descrito anteriormente sobre a fundação da Vila de Santo Antônio de Sá. Foram os responsáveis pelo desenvolvimento econômico de Itaboraí, sendo a principal atividade econômica do vale do Macacu-Caceribu durante todo o período colonial, perpetuando até o séc. XX.

É preciso lembrar que o açúcar foi durante séculos um dos produtos tropicais mais valorizados no mercado estrangeiro. Por isso tornou-se o principal produto de exportação das pequenas colônias luso-brasileiras que foram sendo implantadas na costa atlântica, logo que os primeiros colonizadores verificaram a aptidão de algumas terras ao seu plantio.

Outra região que se destacou muito foi o povoado de Porto das Caixas, surgido no início do século XVIII e que estava então ligado a Santo Antônio de Sá. Seu nome vem do fato de ter se tornado um importante entreposto comercial, responsável por todo o escoamento da produção agrícola de nossa região e do interior fluminense que chegava pelo rio Aldeia ao seu porto, tendo a produção encaixotada para transporte até a Bahia da Guanabara e de lá seguir rumo à Europa. Com o seu crescimento, o povoado chegou a ter uma ativa vida cultural, contando com dois teatros e um comércio muito bem estabelecido. Contudo, com a decadência do transporte fluvial e a posterior inauguração da Estrada de Ferro ligando P. Caixas a Cantagalo em 1860, e a da Carril Niteroiense, em 1874, ligando Niterói (então capital da Província do Rio de Janeiro) diretamente ao interior fluminense, viabilizando o escoamento mais vantajoso da produção cafeeira da região serrana, o antigo entreposto de Porto das Caixas da Vila de São João de Itaboraí entrou em declínio. Outro fator preponderante foi a decadência do transporte fluvial.

“Ao entrar na pequena vila, senti pedras sob a relva brava da estrada, onde meu passo incerto contou com o ritmo de geração e aquelas Lages contaram-me que aquilo fora uma rua onde fais-caram cascos, de cavalo de estirpe, conduzindo grandes senho-res, de numerosa escravatura e barcos...”

Guilherme de Almeida – Cronista, descrevendo uma visita a Porto das Caixas em 1927.

Por outro lado, enquanto os portos fluviais entravam em decadência, a chegada da estrada de ferro à então vila de Itaboraí deu um certo alento ao comércio e à indústria das olarias e cerâmica, permitindo o crescimento urbano e sua transformação de vila em cidade.

No século XX, depois de um período de declínio, surge uma nova economia agrícola, a laranja, perdurando dos anos 20 até a década de 80. Cabe ressaltar que Itaboraí se tornou o maior produtor dessa cultura no Rio de Janeiro, e o segundo no Brasil, chegando a ser conhecida como “Terra da Laranja”. Já a arte em cerâmica esteve sempre presente na cultura e na economia do município, sendo encontrados registros entre os nossos índios, e nos próprios engenhos, que possuíam pequenas olarias para confecção em argila dos invólucros para transporte de açúcar, cuja tradição se perpetuou pelo século XX, ampliada pela indústria ceramista, primeiramente com a chegada de novos colonos portugueses entre 1897 e 1912 e na chegada de novas tecnologias na década de 40, mecanizando a produção.

Após experimentar um período de destaque na produção de laranja durante boa parte do século XX, Itaboraí vê-se mais uma vez numa situação de declínio, pois as terras já não mais produziam frutos de boa qualidade (O motivo não era o fato das terras estarem cansadas e sim os erros na técnica de plantio, no transporte e na colheita e na falta de adubação, mostrando o caráter especulativo do empreendimento), e a indústria ceramista, antes aquecida, não buscou novas tecnologias que fossem mais eficazes, ou menos poluentes, perdendo mercado para outras regiões e estados do Brasil. Porém, ao contrário da laranja, a produção cerâmica não se extinguiu, mas, de grande empregador em meados do século XX, resume-se hoje a umas poucas unidades, sendo que algumas buscaram se aprimorar nos últimos anos.

O fato que ora descrevemos e a construção da ponte Rio-Niterói aceleraram o processo de urbanização em Itaboraí, que se tornou uma “cidade-dormitório”, a partir da década de 70, estimulando uma especulação imobiliária que criou novos problemas ambientais na região, pois as antigas áreas de plantações de laranja foram convertidas em loteamentos, sem nenhuma infraestrutura urbana, em praticamente todos os distritos (cabe lembrar que não haviam políticas públicas organizadas, ou definidas de zoneamento urbano, e nem leis muito claras, à época), e isso trouxe sérios problemas para o município, que hoje assume todo o ônus daquele processo, inclusive chegando a ser considerado uma região de baixo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – como um dos municípios mais pobres do estado. Ainda hoje, Itaboraí tem boa parte de sua população empregada na capital, na região metropolitana e em alguns municípios da Baixada Fluminense, mas vivemos uma inversão econômica com novos empreendimentos, transformando Itaboraí de satélite (quando da implantação da primeira Estação Terrena da Embratel, no Brasil, em Tanguá – na época 5º distrito do município), ou de dormitório, numa cidade polo para, pelo menos 12 municípios circunvizinhos, constituindo uma nova geografia socioeconômica na região.

Prof. Cláudio Rogério S. Dutra
Secretário Presidente
FCI – Fundação cultural de Itaboraí

Educação, sociedade e cultura.	01
Os Pilares da educação: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver e Aprender a ser;	08
Psicologia da Educação: Teorias da aprendizagem. Contribuições de Piaget e Vygotsky à Educação;	09
Currículo: concepções, elaboração, prática, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade	26
Políticas públicas: Políticas Públicas Inclusivas de educação.	32
Educação e cultura afro-brasileira.	37
Protagonismo infanto-juvenil.	38
Diversidade e Sexualidade.	42
O Jovem e o mundo do trabalho.	51
Tecnologias na educação.	51
Bullying;	57
Cotidiano escolar: Integração docente e discente.	60
Modalidades de gestão.	64
Conselho de classe, reuniões pedagógicas, formação continuada, planejamento, acompanhamento e avaliação.	70
Projeto político-pedagógico.	80
Lei nº 9.394/96. Lei nº 12.796/2013 (que altera a Lei nº 9.394/96).	86
Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014.	106
Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 (ECA): Artigos 1º a 24 e 53 a 69; Parte Especial: Título I; Título II; Título III; Título V – artigos 131 a 140.	122
Constituição Federal/88 – artigos 206 a 214. Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, publicada em 20/12/2006.	139
Lei nº 11.494, de 20/6/2007, publicada em 21/6/2007.	141
Lei nº 11.645 de 10/03/2008.	152
Lei Orgânica do Município de Itaboraí.	153
Legislação para inclusão de pessoa com deficiência Lei n.º 13.146 de 06/07/2015.	182
Base Nacional Comum Curricular	200

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA.

ESCOLA, ESTADO SOCIEDADE E CULTURA

Neste texto o autor apresenta e discute as concepções e desafios da qualidade da educação e da escola pública, demonstra que o diálogo entre sociedade civil e estado é tanto preceito constitucional quanto princípio pedagógico. Conclui afirmando que a escola pública pode contribuir na radicalização da democracia como as associações e movimentos sociais tem contribuído para a formação de lideranças populares. Eles são essenciais para o funcionamento da democracia.

Esse é um debate muito atual, pois estamos no processo de construção de um Sistema Nacional de Educação que contemple o “regime de colaboração” e a “gestão democrática da escola pública”, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

A teoria e a prática democrática do estado não são ainda majoritárias na nossa sociedade, apesar de reconhecidos avanços. Nesse contexto, a função principal das organizações e movimentos sociais é estruturar-se para criar as condições do surgimento de uma nova sociedade civil, que exerça o controle efetivo do estado e do mercado. Portanto, capaz de construir uma nova cidadania para a defesa de direitos e a criação de novos direitos.

Trata-se de fortalecer as formas de controle do estado, estimulando organizações civis, organizando a participação direta da população na definição de políticas públicas, incentivando as organizações populares a opinarem e fiscalizarem os atos do governo.

É assim que se pode falar numa reforma do estado, passando de uma concepção de estado como “violência organizada, autorizada, institucionalizada” para a concepção de “estado educador-educando”, dialogando com a sociedade. O estado não pode ser apenas educador, pois ele também, como os partidos, precisa ser educado pela sociedade que o mantém. Nesse sentido, é um estado não submetido aos interesses corporativistas e setoriais, visto não apenas através dos olhos dos servidores públicos, mas submetido à cidadania. Alternativas existem ao pensamento único neoliberal. A saída está numa teoria radicalmente democrática do estado. As recentes experiências, em nível do poder local democrático e popular, no Brasil, vêm dando consistência prática a essa teoria.

E estamos avançando. Veja-se a lei de acesso livre à informação (Lei nº 12.527/2011): “é dever do estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (Art. 5º). Ela refere-se tanto a órgãos públicos quanto às entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos para realizar ações de interesse público. Para fazer a reforma política que o Brasil precisa, o governo não precisa tanto do apoio do Congresso quanto dos milhões de brasileiros e brasileiras para que priorize o protagonismo das organizações e movimentos sociais, imprescindíveis na radicalização da democracia. A participação cidadã é o motor da política porque, numa democracia, o poder emana do povo e é ele que o legitima. O estado não pode preceder a sociedade.

Qualidade da escola pública, qualidade da educação: concepções e desafios

Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível termos uma qualidade dentro da escola e outra qualidade fora dela. Por isso, o tema da qualidade é tão complexo. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim.

Um conjunto de fatores contribuem para com a qualidade na educação. Para a Unesco, “a qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. A educação de qualidade deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo”.

Este tema foi tratado pela Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2009-2010 que ofereceu uma boa definição/concepção - coletiva, refletida e reconhecida pela prática - do que se entende por qualidade na educação. O Documento de Referência da CONAE refere-se à qualidade da educação no Eixo II, associando este tema ao da gestão democrática e ao da avaliação. Não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola. A garantia de espaços de deliberação coletiva está intrinsecamente ligada à melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais. Só aprende quem participa ativamente no que está aprendendo. O documento do MEC aponta um conjunto de variáveis que interferem na qualidade da educação e que envolvem questões macroestruturais, como a concentração de renda, a desigualdade social, a garantia do direito à educação, bem como a organização e a gestão do trabalho educativo. Qualidade é um conceito histórico, “que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais de um dado processo” (MEC, 2009).

Por outro lado, o tema da qualidade não pode escamotear o tema da democratização do ensino. Dentro dessa nova abordagem, apontada pela UNDIME e pela CONAE, a democratização é um componente essencial da qualidade na educação: “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio” (Gentili, 1995).

Quando a escola pública era para poucos, era boa só para esses poucos. Agora que é de todos, principalmente para os mais pobres, ela precisa ser apropriada para esse novo público, ela deve ser de qualidade sociocultural e socioambiental. Essa “nova qualidade” inclui transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte e lazer. Não basta matricular os pobres na escola (inclusão). É preciso matricular com eles, também, a sua cultura, seus desejos, seus sonhos, a vontade de “ser mais” (Freire). É preciso matricular o projeto de vida desses novos alunos numa perspectiva ética, estética e ecopedagógica.

A qualidade na educação é um conceito político em disputa: exige investimentos financeiros de longo prazo, participação social e reconhecimento das diversidades e desigualdades culturais, sociais e políticas presentes em nossas realidades; qualidade na educação que forme sujeitos de direitos, inclusão cultural e social, qualidade de vida, que contribua para o respeito à diversidade, o avanço da sustentabilidade e da democracia e a consolidação do Estado de Direito.

Embora a escola não crie a desigualdade (ela começa muito antes da escola), é a educação quem decide quem vai e quem não ser incluído na sociedade.

Antes de colocar a questão dos parâmetros da qualidade - isto é, de como medir a qualidade - essa abordagem política do tema coloca em questão a própria noção de qualidade, relacionando-a ao tipo de escola que queremos, enfim, ao tipo de sociedade que queremos. E aponta a necessidade de se trabalhar primeiro o que condiciona a qualidade. Não tratar a qualidade como uma questão separada dos seus condicionantes. A qualidade na educação é o resultado das condições que oferecemos a ela. Para obtermos outra qualidade precisamos mexer primeiramente nessas condições.

Paulo Freire nos fala de duas perspectivas/concepções da qualidade da educação: a bancária e a problematizadora.

1ª. A perspectiva bancária (neoliberal) da qualidade visa a uniformizar procedimentos e projetos. Nessa concepção da qualidade os professores são excluídos de toda discussão do tema da qualidade. Eles não têm voz. O que se busca é a standardização (fordismo) da qualidade, da avaliação, da aprendizagem. Os docentes não têm conhecimento científico. Seu saber é inútil. Por isso, não precisam ser consultados. Eles só precisam receber receitas, “como fazer”, sem se perguntar porque fazer. Eles só servem para aplicar novas tecnologias: a sala de aula perderá sua centralidade e a relação professor-aluno entrará em declínio em favor da relação aluno-computador.

A centralidade na aprendizagem pode estar correta, mas é, pelo menos, problemática, na medida em que existe uma visão neoliberal da educação e da aprendizagem que realça essa centralidade para reduzir o papel do docente. Responsabilizar apenas o aprendiz pela sua aprendizagem desvaloriza o papel do docente. A solidariedade é substituída pela meritocracia. Por isso, na pedagogia neoliberal, o indivíduo acaba sendo responsável pela sua própria aprendizagem, numa base competitiva e individual. O cidadão dá lugar ao cliente, ao consumidor. Na perspectiva neoliberal da qualidade, aprender é aceder, ter acesso a computadores, a informações.

Para nós, ao contrário, aprender é contextualizar a informação, atribuir-lhe sentido, construir conhecimento.

Na educação bancária o docente torna-se um mero aplicador de textos. Por isso, os textos didáticos devem ser “explícitos”, pensados, criticados e revistos de acordo com parâmetros bancários. Um bom exemplo dessa técnica está nas “apostilas” da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Trata-se de “aulas prontas”, preparadas pelo governo do Estado, limitando a capacidade de autoria do professor. Qualquer pessoa pode “passar” de uma página para outra. Não precisa de tanto tempo para se formar. Na verdade, nem precisa ser professor. Precisa ser apenas um técnico. Neste caso até um computador bem programado poderia fazer o que o “professor” deve fazer. Não se precisa de professor. Precisa-se de bons textos didáticos e de computadores. Professores “facilitadores” não autores. Essa concepção da qualidade nega a autonomia do docente e a formação para a cidadania.

2ª. Perspectiva emancipatória. O que distingue um professor transformador é a autoria. Ele ensina o que é e não só o que sabe. Antes de perguntar-se o que ele deve saber para ensinar

ele deve perguntar-se como deve ser para ensinar. O que é ser autor? É ter autonomia, ser protagonista, ser um organizador da aprendizagem e não um mero lecionador, posicionar-se, ter opinião própria.

A palavra “emancipar” vem de *ex-manus* ou de *ex-mancipium*. *Ex* (indica a ideia de “saída” ou de “retirada”) e *manus* (“mão”, simbolizando poder). Emancipar seria então “retirar a mão que agarra”, “libertar, abrir mão de poderes”, significa “pôr fora de tutela”. *Ex-manus* (fora-mão), significa “pôr fora do alcance da mão”. Emancipar-se é, então, dizer a quem nos oprime: “tire a sua mão de cima de mim!”. Emancipar-se é, então, conquistar liberdade, independência.

No século XX o conceito de “emancipação” foi particularmente elaborado pela Escola de Frankfurt, ao lado do conceito de “razão comunicativa” (Jurgen Habermas). É a aposta de que a emancipação humana encontra na razão seu fundamento e que a educação pode exercer um papel essencial na transformação da sociedade. Adorno escreveu um livro com o título *Educação e emancipação* (Adorno, 1995). Mais tarde, Erica Sherover-Marcuse, viúva de Herbert Marcuse, também da Escola de Frankfurt, escreveu um livro muito apreciado por Paulo Freire, *Emancipation and Consciousness* (Sherover-Marcuse, 1986), onde ela aproxima a teoria da emancipação e a teoria da conscientização.

Numa perspectiva emancipatória importa que a práxis educativa construa sujeitos autônomos, pensantes, sujeitos capazes de autogovernar-se e de governar. Numa concepção emancipatória, a educação visa a formar o “povo soberano” desde a mais tenra idade. Formação integral, omnilateral.

Vivemos hoje numa sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem, chamada de “sociedade aprendente”, uma sociedade de “aprendizagem global”, na qual as consequências para a escola, para o professor e para a educação em geral, são enormes. Torna-se fundamental aprender a pensar autonomamente, saber comunicar-se, saber pesquisar, saber fazer, ter raciocínio lógico, aprender a trabalhar colaborativamente, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o próprio trabalho, ter disciplina, ser sujeito da construção do conhecimento, estar aberto a novas aprendizagens, conhecer as fontes de informação, saber articular o conhecimento com a prática e com outros saberes.

Nesse contexto de impregnação da informação, o professor é muito mais um mediador do conhecimento, um problematizador (não facilitador). O aluno precisa construir e reconstruir o conhecimento a partir do que faz. Para isso, o professor também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que faz dos seus alunos e alunas. Ele deixará de ser um lecionador para ser um organizador do conhecimento e da aprendizagem. Poderíamos dizer que o professor se tornou um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador. Não há ensino e aprendizagem fora da procura, da boniteza e da alegria, dizia-nos Paulo Freire. A estética não está separada da ética.

Muitas de nossas crianças e jovens chegam hoje à escola e à universidade sem saber porque estão aí. Não veem sentido no que estão aprendendo. Querem saber, mas não querem aprender o que lhes é ensinado. É aí que entra o papel do professor que constrói sentido, transforma o obrigatório em prazeroso, seleciona criticamente o que devemos aprender. Esse profissional transforma informação em conhecimento porque o conhe-

cimento é a informação que faz sentido para quem aprende. O aluno aprende quando o professor aprende; ambos aprendem quando pesquisam. Como diz Paulo Freire, “faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa”.

Ao lado do direito de o aluno aprender na escola, está o direito do professor dispor de condições de ensino e do direito de continuar estudando. A qualidade da educação precisa ser encarada de forma sistêmica: da creche ao pós-doutorado. Medidas isoladas não irão surtir efeito.

O debate da qualidade da educação não está separado de outros paradigmas: o paradigma educacional e o paradigma social. Estamos discutindo o tema da qualidade da escola pública porque a qualidade da escola pública está em questão.

Os paradigmas clássicos da educação, fundados numa visão industrialista predatória, antropocêntrica e desenvolvimentista, estão se esgotando, não dando conta de explicar o momento presente da educação e de responder às suas necessidades futuras. Precisamos de outros paradigmas, fundados numa visão sustentável do planeta Terra. Esses paradigmas já causaram muita dor, muito sofrimento, a professores e alunos, e estão levando o planeta na rota do esgotamento de seus recursos. Isso é particularmente visível na dificuldade que encontram alunos e professores de alcançarem a tão almejada qualidade da educação.

Vivemos hoje uma profunda crise da relação professor-aluno, com evidentes reflexos na qualidade da educação. A relação professor-aluno tornou-se tensa, agressiva, porque reproduz relações competitivas de mercado. Ela adquiriu a forma do mercado, reproduzindo, na escola, as relações de produção dominantes na sociedade. Daí o estresse e a perda da autoestima, a “síndrome de burnout” (CNTE, 1999), a desistência do professor. É uma sociedade que não valoriza seus profissionais da educação. Retira-lhe a alma. Os professores vão se tornando meros “facilitadores”, máquinas de reprodução social.

A educação não pode subordinar-se às exigências do mercado. Ela deve, sem dúvida, formar as pessoas para inserir-se autonomamente no mercado, não numa “sociedade de mercado”. Como diz István Mészáros (2005), a educação vai muito “além do capital”.

Diante deste cenário e voltando ao início deste texto, recorro às indicações da Unesco que apontam para a necessidade de uma outra qualidade da educação, baseada no paradigma da sustentabilidade (Morin, 2000). Os esforços da Unesco e das Nações Unidas não pararam por aí. Em 2002, as Nações Unidas lançaram a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) buscando introduzir o conceito de sustentabilidade nas reformas educacionais dos sistemas e dos currículos (Gadotti, 2008).

Os dados divulgados nos últimos anos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC), provocaram debates em todo o mundo. O tema não é novo. Alertas foram dados pelos ecologistas desde os anos 60 do século passado e, particularmente, na Rio-92. A categoria sustentabilidade é central nesse novo paradigma de vida (Boff, 1999). Sustentabilidade representa o sonho de bem viver, em equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, harmonia entre diferentes, num mundo justo, produtivo e sustentável. As pedagogias clássicas são antropocêntricas. A ecopedagogia parte de uma consciência planetária (gêneros, espécies, reinos, educação formal, informal e não-formal...). Ampliamos o nosso

ponto de vista. De uma visão antropocêntrica para uma consciência planetária, para uma prática de cidadania planetária e para uma nova referência ética e social: a civilização planetária.

Educar para uma vida sustentável é educar para a simplicidade voluntária e para a quietude. Nossas vidas precisam ser guiadas por novos valores: simplicidade, austeridade, quietude, paz, serenidade, saber escutar, saber viver juntos, compartilhar, descobrir e fazer juntos. A sustentabilidade é um conceito poderoso, uma oportunidade para que a educação renove seus velhos sistemas, fundados em princípios e valores competitivos. Introduzir uma cultura da sustentabilidade e da paz nas comunidades escolares é essencial para que elas sejam mais cooperativas e menos insolidárias. Precisamos de outros paradigmas, fundados numa visão sustentável do planeta Terra.

Educar para uma vida sustentável é educar para viver no cosmos, ampliando nossa compreensão da Terra e do universo. Só assim poderemos entender mais amplamente os problemas da desertificação, do desflorestamento, do aquecimento da Terra e dos problemas que atingem humanos e não-humanos. Os paradigmas clássicos não têm suficiente abrangência para explicar essa realidade cósmica. Por não ter essa visão holística, não conseguiram dar nenhuma resposta para tirar o planeta da rota do extermínio e do rumo da cruel diferença entre ricos e pobres. Educar para uma vida sustentável supõe um novo paradigma, um paradigma holístico.

Precisamos repensar os parâmetros da qualidade da nossa educação a partir desse novo paradigma para que a educação seja realmente emancipadora.

Diálogo estado e sociedade civil: princípio pedagógico e preceito constitucional

O parágrafo único do artigo primeiro da Constituição Federal de 1988 estabelece como cláusula pétrea que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, consagrando uma nova ordem jurídica e política com base em dois pilares: a democracia representativa e a democracia participativa (direta), entendendo a participação social e popular como princípio inerente à democracia. Em seu artigo 206, quando a Constituição Federal estabelece os “princípios do ensino”, inclui, entre eles, no Inciso VI, a “gestão democrática do ensino público”, princípio este retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

O Artigo 205 da Constituição de 1988 determina que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Infelizmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/96) não respeitou esse princípio de que a educação deveria ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Para a CNTE (2009:289), “a gestão democrática – princípio caro aos educadores e que foi base-mestra do primeiro projeto de regulamentação do Sistema Nacional de Educação – ficou eduzida, na Lei no. 9.394 de 1996, aos preceitos dos artigos 145 e 15, que preveem, somente, a participação dos profissionais no projeto pedagógico, e da comunidade nos conselhos escolares, além de uma ‘progressiva’ autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira às escolas”.

A participação popular e a gestão democrática fazem parte da tradição das chamadas “pedagogias participativas”, sustentando que elas incidem positivamente na aprendizagem. Pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico. Formar para a participação não é só formar para a cidadania, é formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país; a participação é um pressuposto da própria aprendizagem. Não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola. A melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está intrinsecamente ligada à criação de espaços de deliberação coletiva.

No “diálogo necessário à qualidade da escola pública” precisamos incluir também a qualidade na gestão da escola, do seu planejamento e da sua organização pois a qualidade na aprendizagem o educando está também relacionada com a participação dele no planejamento e na organização da escola e do sistema de ensino: “a gestão democrática dos sistemas de ensino e das instituições educativas constitui uma das dimensões que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal. A gestão democrática como princípio da educação nacional, sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação”.

A gestão democrática – como princípio pedagógico e como preceito constitucional – não se restringe à escola. Ela impregna os sistemas e redes de ensino. O princípio constitucional da gestão democrática também não se limita à educação básica: ela se refere a todos os níveis e modalidades de ensino. Ademais, é preciso deixar claro que a gestão democrática não está separada de uma certa concepção da educação. Não tem sentido falar de gestão democrática no contexto de uma educação tecnocrática ou autoritária. Ela deve ser coerente com uma concepção democrática e emancipadora da educação. Por que a escola privada rejeitou, em 1988, na Constituinte, a gestão democrática? Porque, com poucas exceções, o ensino privado não trabalha com uma concepção emancipadora da educação.

O tema da “Gestão democrática da educação com participação popular” ganha ainda mais relevância hoje, no momento em que se discute a criação do Sistema Nacional de Educação que define a articulação e a cooperação entre os entes federativos. Essa lógica colaborativa só tem sentido se for cimentada pela gestão democrática e tiver por finalidade a construção de uma “sociedade livre, justa e solidária”, como determina o Inciso I do artigo terceiro da Constituição Federal de 1988.

Neste contexto gostaria de distinguir, sem separar, a participação social e a participação popular. Elas não são a mesma coisa. No Instituto Paulo Freire costumamos chamar de Participação Social aquela que se dá nos espaços e mecanismos do controle social como nas conferências, conselhos, ouvidorias etc. São os espaços e formas de organização e atuação da Participação Social. É assim que ela é entendida como categoria e como conceito metodológico e político pelos gestores públicos que a promovem. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil.

Está em discussão no governo federal a criação de um “Sistema Nacional de Participação Social” e um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil que deve se constituir num novo arcabouço jurídico e administrativo das relações entre o Estado e essas organizações. O Sistema Nacional de Participação Social, com base no acúmulo alcançado até agora no campo da participação, deverá estabelecer princípios que orientem e facilitem a participação social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Um sistema não hierarquizado, aberto e flexível, com uma estrutura em rede que garanta a autonomia das organizações da sociedade civil. Esse sistema é fruto de uma política que vem sendo construída desde 2003 quando o presidente Lula instituiu, ampliou e valorizou a participação dos conselhos e das conferências na elaboração, formulação e gestão de políticas públicas e agora se concretiza numa Política Nacional de Participação Social que estabelece o papel do Estado como promotor e garantidor do direito humano à participação. O Sistema Nacional de Participação Social deverá articular as políticas de participação social, integrando conselhos, conferências, fóruns, ouvidorias, audiências e consultas públicas e órgãos colegiados, facilitando a participação de organizações e movimento sociais.

As conferências nacionais e as ouvidorias públicas são partes essenciais dessa política. As Conferências Nacionais “contribuíram com o reconhecimento de novos direitos pelo Estado, ampliando a cidadania no país e alterando o modo de compreender os atores sociais, que passaram a ser entendidos como sujeitos de direitos e participantes do processo de elaboração de políticas públicas”. Elas se constituíram também num grande aprendizado para os movimentos sociais, saindo de uma postura menos reivindicativa e mais propositiva. As Ouvidorias Públicas incorporaram a dimensão individual à participação social “oferecendo ao cidadão a possibilidade de buscar informações, avaliar, criticar e melhorar os serviços e políticas públicas”. Elas passaram de 40, em 2002, para 165 em 2010. Mais do que só se informar, a população, por meio delas, pode interagir com os órgãos públicos.

A participação social se constitui num método de reconfiguração do próprio estado. A democracia participativa não concorre com a representativa: elas se complementam, se fortalecem, aproximando o cidadão do estado. É preciso superar o velho modelo tecnocrata de política pública baseada na premissa do estado externo à sociedade. A participação social como modo de governar significa “adequar a racionalidade técnica da administração pública a uma nova forma de governar baseada no diálogo constante com os atores da sociedade civil”.

É certo que a participação social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vem sendo fortalecida, como prevista e reconhecida pela Constituição Cidadã de 1988. Num país com uma estrutura social injusta e tantas desigualdades, ela é absolutamente necessária. Ela não é só um instrumento de gestão: ela aprimora a democracia e qualifica as políticas públicas. Como costuma dizer Gilberto Carvalho, Ministro Secretário Geral da Presidência, “sem participação social é impossível transformar democracia política em democracia social”. A igualdade formal, jurídica é insuficiente, sem a igualdade econômica.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS
PROFESSOR DOCENTE II - ENSINO FUNDAMENTAL I (1º AO 5º ANO)

Jogos, brincadeiras e psicomotricidade.	01
A arte na escola: desenho, teatro, música, pintura.	05
Rotina e gestão em sala de aula: Questões das relações do grupo.	27
Relação família x escola.	31
Ação pedagógica.	34
Objetivos do ensino fundamental.	46
Brincar e aprender.	52
Aprendendo a aprender.	68
Identificação da população a ser atendida, a atividade econômica, o estilo de vida, a cultura e as tradições	69
Interação social. Resolução de problemas.	69
Organização do currículo.	69
Língua Portuguesa: Letramento e alfabetização, processo de aprendizagem da leitura e da escrita.	82
Trabalho com textos de literatura infantil.	87
Funções dos termos nos textos. Gêneros textuais e seus comunicativos. Tipologia textual e sua predominância com gêneros específicos.	88
Matemática: a construção dos conceitos matemáticos. Sistema de numeração em diferentes bases. Resolução de problemas envolvendo as quatro operações.	88
Ciências: água, ar e solo.	107
Transformações dos materiais na natureza.	120
Seres vivos. Suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar.	121
Corpo humano: higiene, alimentação, estrutura, funções, reprodução e sexualidade.	131
Meio ambiente. Impactos ambientais. Manejo e conservação.	143
Lixo. Poluição. Experiências.	148
História e Geografia: Brasil: aspectos sociais e políticos.	155
Desigualdades regionais no Brasil de hoje.	156
Município de Itaboraí: aspectos históricos, geográficos e econômicos	157
Espaço e tempo: localização, organização, representação.	157

JOGOS, BRINCADEIRAS E PSICOMOTRICIDADE.

As crianças, desde os primeiros anos de vida, gastam grande parte de seu tempo brincando, jogando e desempenhando atividades lúdicas. A brincadeira e os brinquedos são tão fundamentais a criança como a alimentação. Os adultos, por sua vez, têm dificuldade de entender que o brincar e o jogar, representam para a criança, sua razão de viver, ou seja, uma necessidade.

Frequentemente se ouvem pais dizendo: “Se você fizer seus deveres poderá brincar. Do contrário, não.” Ou seja, a brincadeira, nesse caso, representa um prêmio e não é compreendida como uma necessidade da criança. A criança, em decorrência, pode começar a se desinteressar pelas atividades escolares, pois estas representam um empecilho à brincadeira, uma forma de “punição”. “Mas isto falseia a motivação do estudo: a criança não estuda para saber e se aperfeiçoar, mas para ter o direito de brincar, de fazer algo que lhe interessa mais.” (AMONACHVILI, 1991, p.14).

Então, por que não se pode desenvolver o estudo e a brincadeira, ambos necessários ao desenvolvimento da criança a partir de uma atividade única, comum, onde seja possível aprender brincando?

Este trabalho objetiva reunir informações, através de uma revisão bibliográfica, sobre Jogos e Brincadeiras na fase escolar, identificando a importância dos Jogos e Brincadeiras na vida dos estudantes do ensino fundamental das séries iniciais e discutindo os benefícios para o docente ao utilizar-se do lúdico no aprimoramento do ensino em sala de aula.

O Jogo, a brincadeira e o brinquedo, tudo isso pode ser útil para estimular o desenvolvimento do aluno, para Santos (1997), a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colaborando para uma boa saúde mental, prepara para o estado fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Segundo Dohme (2003), a aprendizagem se constrói através de um processo interno do aluno, fruto de suas próprias pesquisas e experimentações, sendo que o professor atua como o mediador. Tais características podem ser obtidas através do lúdico, seja na forma de jogos e brincadeiras, pois como aponta Friedmann (1996, p.20)

O jogo é, pois um quebra-cabeça...não é como se pensava, simplesmente um método para avaliar tensões. Também não é uma atividade que “prepara” a criança para o mundo, mas uma atividade real para aquele que brinca. Verdadeiramente, brincamos, sem precisarmos, em absoluto, saber o que ele significa.

Com esse propósito este estudo questiona-se: Quais os aspectos relevantes dos jogos e brincadeiras para os docentes na hora de ensinar para as crianças?

Espera-se que o conteúdo aqui apresentado possa contribuir para que possamos melhorar cada vez mais o desempenho tanto do corpo docente quanto do discente através de jogos e brincadeiras na escola, tornando assim o lúdico uma forma satisfatória de adquirir conhecimento. A metodologia de pesquisa utilizada para o trabalho será de cunho bibliográfico.

A importância do lúdico na sala de aula

Atualmente, o jogo é um tópico de pesquisa crescente. Há várias teorias que procuram estudar alguns aspectos particulares do comportamento lúdico.

Primeiro vamos entender o que significa ludicidade. Para Santos (1999, p. 49) É uma experiência vivenciada que nos dá prazer ao executá-la. Por meio da ludicidade a criança se relaciona com o outro e aprende a ganhar e perder, a respeitar a ordem na fila, a aceitar as frustrações, e a expressar as suas emoções. Qualquer atividade que cause uma experiência positiva, divertida e prazerosa pode-se chamar de lúdica. Percebemos a importância de oportunizar ao educando momentos de prazer e de experiências lúdicas, experiências que são capazes de contribuir para o convívio social na escola e na sociedade.

Brincar faz parte do esforço infantil para entender o mundo. A menina que cuida de sua boneca, imita a mãe; as crianças que brincam de trabalhar com os pais, estão, na verdade, tentando entendê-los, em princípio como pessoas, mas também por suas ocupações, identificando seus atos (GARCIA & MARQUES, 2001).

Brincar é a atividade principal da criança, e é brincando que ela interage com o mundo a sua volta, expressando seus valores, maneiras de pensar e agir. O jogo e a brincadeira, além de educar, satisfazem uma necessidade natural (interior) da criança. É uma atividade física e mental que integra várias dimensões do desenvolvimento humano (cognitiva, afetiva e psicomotora). As atividades lúdicas são formas de expressar a corporeidade, e desta forma a criança está operando sobre objetos, interagindo com colegas e professor, desenvolvendo estruturas mentais, sócio-afetivas e motoras (BURGOS, 1997).

As escolas necessitam cultivar a espontaneidade, diálogo, convivência em grupo, pois as crianças geralmente não brincam sozinhas, sendo que o jogo proporciona oportunidades para ela pensar e falar, saber combinar momentos de brincadeiras livres (lazer) e atividades orientadas (escola) (KISHIMOTO, 1998).

Conforme Almeida (2000), a ludicidade contribui e influencia na formação do aluno, possibilitando uma evolução constante no conhecimento. Contudo o mesmo só será garantido se o educador estiver preparado para realizá-lo. Santos (2001, p.14) confirma que “a aceitação da ludicidade, por parte dos professores, não garante uma postura lúdico-pedagógica na sua atuação”.

O jogo propicia um ambiente favorável ao interesse da criança, não apenas pelos objetos que o constituem, mas também pelo desafio das regras impostas por uma situação imaginária.

Rizzo (1996), cita alguns procedimentos que auxiliam ao educador na realização de jogos, sendo que alguns destes itens são comuns a qualquer disciplina:

- incentivar a ação do aluno;
- apoiar as tentativas do aluno, mesmo que os resultados, no momento, não pareçam bons;
- incentivar a decisão em grupo no estabelecimento das regras;
- apoiar os critérios escolhidos e aceitos pelo grupo para decisões, evitando interferir ou introduzir a escolha destes critérios;
- limitar-se a perguntar, frente ao erro ou acerto, se concordam com os resultados ou se alguém pensa diferente e porquê, evitando apontar ou corrigir o erro;
- estimular a comparação, termo a termo, entre grandezas lineares;
- estimular a tomada de decisões que envolvam sempre que possível avaliação de grandeza;
- estimular a discussão de ideias entre os jogadores e a criação de argumentos para defesa de seus pontos de vista;
- estimular a criação de estratégias eficientes, discutindo os possíveis resultados;
- estimular a antecipação dos resultados, no encaminhamento que se quer dar a partida;
- incentivar a criação e uso de sistemas próprios de operar (ação mental).

Neste sentido, o jogo, pelo seu caráter propriamente competitivo, apresenta-se como uma atividade capaz de gerar situações-problema “provocadoras”, onde o sujeito necessita coordenar diferentes pontos de vista, estabelecer várias relações, resolver conflitos e estabelecer uma ordem.

A necessidade de formação lúdica para os professores decorre da necessidade de preparação por parte desses profissionais para confrontar-se com a demanda de alunos querendo uma educação que se desenvolva a partir da diversão, do jogo e da utilização do brinquedo e das brincadeiras.

Os benefícios para o docente ao utilizar de formas lúdicas em suas aulas

Qual a função do professor perante o lúdico? Um expectador? Ou é aquele que fará o espetáculo acontecer?

Brougère (1998, p. 122) cita “como, pois, conciliar essa necessidade de jogar que é irresistível no ser humano com a educação que deve dar-lhe? Muito simples: fazendo do jogo o meio de educar o aluno”.

A intenção, segundo Moura (1991), parte do professor, sendo estabelecida segundo seu plano de ensino que esteja vinculado a um projeto pedagógico da escola, como um todo. O objetivo do jogo é definido pelo educador através de sua proposta de desencadeamento da atividade de jogo, que pode ser o de construir um novo conceito ou aplicar um já desenvolvido.

Assim sendo, um mesmo jogo pode ser utilizado, num determinado contexto, como construtor de conceitos e, num outro contexto, como aplicador ou fixador de conceitos. Cabe ao professor determinar o objetivo de sua ação, pela escolha e determinação do momento apropriado para o jogo. Neste sentido, o jogo transposto para o ensino passa a ser definido como jogo pedagógico.

Através dos jogos e brincadeiras, as crianças se preparam para a vida adulta, e sabemos o quanto é necessário ensinar e aprender a conviver, uns com os outros, na sociedade, pois as brincadeiras tem um grande poder educativo. Para isso, é preciso criar uma pedagogia baseada no respeito, ajuda mútua, cooperação e no amor, os seres humanos precisam de alegria para viver com plenitude (SOLER 2005).

Conforme as orientações dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, MEC, 1998, p.47), as atividades com jogos podem representar um importante recurso pedagógico, já que:

“Os jogos constituem uma forma interessante de propor problemas, pois permitem que estes sejam apresentados de modo atrativo e favorecem a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca de soluções. Propiciam a simulação de situações-problema que exigem soluções vivas e imediatas, o que estimula o planejamento das ações”

Além disso, nos PCN's existe a defesa de que os jogos podem contribuir na formação de atitudes – construção de uma atitude positiva perante os erros, na socialização (decisões tomadas em grupo), enfrentar desafios, desenvolvimento da crítica, da intuição, da criação de estratégias e dos processos psicológicos básicos.

Muitas vezes os educadores tentam utilizar jogos em sala de aula sem, no entanto, entender como dar encaminhamento ao trabalho, depois do jogo em si. Também, nem sempre dispõem de subsídios que os auxiliem a explorar as possibilidades dos jogos e avaliar os efeitos dos mesmos em relação ao processo ensino-aprendizagem. A grande maioria ainda vem desenvolvendo as atividades com jogos espontaneamente, isto é, com um fim em si mesmo, “o jogo pelo jogo”, ou imaginando privilegiar o caráter apenas motivacional.

A mediação do docente com seu aluno na hora do jogo é muito importante e deve ser feita no momento certo. Assim o aluno assimilará melhor o conteúdo trabalhado, poderá vivenciar, descobrir, criar e recriar regras.

Conforme Spodek e Saracho (1998) pode haver dois modos de mediação por parte do professor durante o jogo ou brincadeira: o participativo e o dirigido. Sendo que no modo participativo a mediação visa à aprendizagem incidental, ao encontrar um problema os alunos tentam, junto com o professor, encontrar a solução. Já no modo dirigido o professor utiliza o lúdico para inserir a aprendizagem dos conteúdos e dirigir as atividades para situações lúdicas.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS
PROFESSOR DOCENTE II - ENSINO FUNDAMENTAL I (1º AO 5º ANO)

Independente dos modos de mediação o professor precisa ter em mente que o lúdico deve ser encarado com muita seriedade, ou seja, o professor que irá utilizar o lúdico em suas aulas deve saber planejar, organizar o ambiente e os materiais e ter consciência da funcionalidade motivadora do lúdico e sua contribuição no desenvolvimento de seus alunos. O professor não deve utilizar o lúdico para preencher o tempo livre após uma explicação ou avaliação e sim utilizá-lo como fim pedagógico.

Conforme Dohme (2003), a partir daí o aluno passa a ver o professor de uma forma mais próxima, não é o adulto que espera dele um comportamento sério que o faça compreender as “coisas difíceis” que eles estão ensinando. Mas é o adulto que de forma leve e alegre entra no “mundo da criança” para transmitir aquilo que sabe.

Dessa forma, atividades lúdicas, entre elas os jogos, quando bem orientadas, tem ação preventiva e terapêutica, criando associações emocionais agradáveis que favorecem a autoestima, os laços de companheirismo e a aprendizagem, por produzirem equilíbrio entre as exigências e o prazer.

Professores são os profissionais preparados para auxiliar o aluno em seu processo de aprendizagem, selecionando e organizando as informações e direcionando as atividades escolares. Entretanto, suas vivências anteriores, pessoais e como alunos, sustentam sua ação docente.

Ao utilizar o lúdico em sala, o professor precisa ter a consciência de que o mesmo pode dar ou não os resultados esperados, uma vez que a atividade proposta estará envolvida com múltiplos fatores, os quais irão variar de acordo com o grupo, cabendo ao professor adaptar conforme o grupo com o qual pretende trabalhar, para que isso ocorra com sucesso é necessário que o professor esteja capacitado, e, sobretudo, consciente de que atividades e experiências alternativas, como o lúdico, promovem a aprendizagem no aluno. Conforme aponta Carneiro (2011), “falta preparo aos profissionais que atuam no mercado, mas acima de tudo, falta disponibilidade para mudar”.

Segundo Moratori (2003, p.14), ao optar por uma atividade lúdica o educador deve ter objetivos bem definidos. Esta atividade pode ser realizada como forma de conhecer o grupo como qual se trabalha ou pode ser utilizada para estimular o desenvolvimento de determinada área ou promover aprendizagens específicas (o jogo como instrumento de desafio cognitivo).

De acordo com seus objetivos, o educador deve:

- propor regras ao invés de impô-las, permitindo que o aluno elabore-as e tome decisões;
- promover a troca de ideias para chegar a um acordo sobre as regras;
- permitir julgar qual regra deve ser aplicada a cada situação;
- motivar o desenvolvimento da iniciativa, agilidade e confiança;
- contribuir para o desenvolvimento da autonomia. (MORATORI, 2003, p.14).

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS
PROFESSOR DOCENTE II - ENSINO FUNDAMENTAL I (1º AO 5º ANO)

A inserção de jogos, segundo Grando (2001, p. 6), no contexto de ensino-aprendizagem implica em vantagens e desvantagens:

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none">▪ fixação de conceitos já aprendidos de uma forma motivadora para o aluno;▪ introdução e desenvolvimento de conceitos de difícil compreensão;▪ desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas (desafio dos jogos);▪ aprender a tomar decisões e saber avaliá-las;▪ significação para conceitos aparentemente incompreensíveis;▪ propicia o relacionamento de diferentes disciplinas (interdisciplinaridade);▪ o jogo requer a participação ativa do aluno na construção do seu próprio conhecimento;▪ o jogo favorece a socialização entre alunos e a conscientização do trabalho em equipe;▪ a utilização dos jogos é um fator de motivação para os alunos;▪ dentre outras coisas, o jogo favorece o desenvolvimento da criatividade, de senso crítico, da participação, da competição "sadia", da observação, das várias formas de uso da linguagem e do resgate do prazer em aprender;▪ as atividades com jogos podem ser utilizadas para reforçar ou recuperar habilidades de que os alunos necessitem. Útil no trabalho com alunos de diferentes níveis;▪ * as atividades com jogos permitem ao professor identificar, diagnosticar alguns erros de aprendizagem, as atitudes e as dificuldades dos alunos.	<ul style="list-style-type: none">▪ quando os jogos são mal utilizados, existe o perigo de dar ao jogo um caráter puramente aleatório, tornando-se um "apêndice" em sala de aula. Os alunos jogam e se sentem motivados apenas pelo jogo, sem saber porque jogam;▪ o tempo gasto com as atividades de jogo em sala de aula é maior e, se o professor não estiver preparado, pode existir um sacrifício de outros conteúdos pela falta de tempo;▪ as falsas concepções de que devem ensinar todos os conceitos através dos jogos. Então, as aulas, em geral, transformam-se em verdadeiros cassinos, também sem sentido algum para o aluno;▪ a perda de "ludicidade" do jogo pela interferência constante do professor, destruindo a essência do jogo;▪ a coerção do professor, exigindo que o aluno jogue, mesmo que ele não queira, destruindo a voluntariedade pertencente a natureza do jogo;▪ a dificuldade de acesso e disponibilidade de materiais e recursos sobre o uso de jogos no ensino, que possam vir a subsidiar o trabalho docente.

Enfim o lúdico se trabalhado corretamente poderá proporcionar ao professor resultados satisfatórios quanto ao ensino aprendizagem, desde que o mesmo esteja preparado e disposto a fazê-lo.

A importância do lúdico no início da vida escolar

Conforme Mariotti (2004, p. 32), o jogo é a atividade primordial da infância, ao mesmo tempo espontânea, prazenteira criativa e elaboradora de situações. É uma linguagem, uma das principais formas de relação da criança consigo mesma, com os demais e com os objetos do mundo que a rodeia.

Com o jogo a criança aprende a se defender e aquela máscara que costuma defendê-la dos mais velhos, começa a cair.

Segundo Murcia (2005, p. 74), Jogo é um meio de expressão e comunicação de primeira ordem, de desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo, sexual e socializador por excelência. É básico para o desenvolvimento da personalidade da criança em todas as suas facetas. Pode ter fim em si mesmo, bem como ser meio para a aquisição das aprendizagens. Pode acontecer de forma espontânea e voluntária ou organizada, sempre que respeitando o princípio da motivação.

O jogo é uma atividade lúdica que sempre estará presente na vida do ser humano, apresenta inúmeras formas de realização e auxilia no desenvolvimento da criança, principalmente na construção e entendimento das regras.

Segundo Vygotsky (1991), durante a pré-escola ou em idade escolar, as habilidades conceituais da criança são ampliadas a partir do brincar, do jogo, e, portanto, do uso da imaginação. Segundo ele, ao brincar, a criança está sempre acima da própria idade, acima de seu comportamento diário, maior do que é na realidade. Assim sendo, quando a criança imita os mais velhos em suas atividades culturalmente e/ou socialmente padronizadas, ela gera oportunidades para o seu próprio desenvolvimento intelectual.

Sendo assim o jogo lúdico é uma atividade que tem valor educacional intrínseco. Leif (1978), diz que "jogar educa, assim como viver educa: sempre sobra alguma coisa".